

**FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO
CEARÁ
– FAECE –**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
ENGENHARIA CIVIL**

2015

FACULDADE DE ENSINO E CULTURA DO CEARÁ - FAECE

Sumário

Informações Gerais	5
1. DADOS INSTITUCIONAIS	5
1.1. Mantenedora	5
1.2. Mantida	5
1.3. Histórico da Mantenedora	5
1.4. Histórico da Mantida	5
1.5. Inserção Regional da Instituição	6
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	8
DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL	8
1.1. Características da Instituição	8
1.1.1. Missão Institucional	8
1.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	9
1.1.2.1. Organograma Institucional e Acadêmico	9
1.2. Administração	11
1.2.1. Condições de Gestão	11
1.2.1.1. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional	11
1.2.2. Planos de Desenvolvimento	11
1.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação	11
1.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios	12
1.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes.....	12
1.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo .	13
1.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes.....	13
DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	14
2.1. Projeto Pedagógico do Curso.....	14
2.1.1. Contexto Educacional.....	14
2.1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	15
2.1.3. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC	15
2.1.4. Perfil do Curso.....	16
2.1.4.1. Justificativa da Oferta do Curso.....	16
2.1.5 O Curso e as Políticas de Educação Ambiental	18
2.1.6 O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para o Ensino dos Direitos Humanos..	19
2.1.7 O Curso e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	20
2.1.8. Objetivos do Curso	20
2.1.9. Perfil do Egresso	21
2.1.10. Estrutura Curricular	24
2.1.10.1. Formas de Realização de Interdisciplinaridade	24
2.1.11. Conteúdos Curriculares	25

2.1.11.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.....	26
2.1.11.2. Políticas de Educação de Ambiental	26
2.1.12. Matriz Curricular	28
2.1.13. Ementário e Bibliografias do Curso	33
2.1.14. Metodologia	33
2.1.15. Trabalho de Curso.....	33
REGULAMENTO DE TRABALHO DE CURSO	35
2.1.16. Estágio Supervisionado.....	37
REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	38
2.1.17. Atividades Complementares.....	43
2.1.18. Atividades Práticas Supervisionadas.....	43
2.1.19. Estudos Disciplinares	43
2.1.20. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem ..	44
2.1.21. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso	48
2.1.22. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso..	51
2.2. Apoio aos Discentes	52
2.2.1. Formas de Acesso.....	52
2.2.1.1. Disposições Gerais.....	52
2.2.1.2. Condições e Procedimentos.....	53
2.2.1.3. Matrícula.....	53
2.2.2. Apoio Pedagógico aos Discentes	53
2.2.3. Acompanhamento Psicopedagógico	54
2.2.4. Mecanismos de Nivelamento.....	54
2.2.5. Atendimento Extraclasse.....	55
2.2.6. Acompanhamento dos Egressos.....	55
DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE	55
3.1. Administração Acadêmica	55
3.1.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	55
3.1.2. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	56
3.1.3. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE.....	56
3.1.4. Regime de Trabalho do NDE.....	56
3.1.5. Atuação do Coordenador do Curso	56
3.1.6. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	58
3.1.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	58
3.1.8. Titulação do Corpo Docente do Curso	58
3.1.9. Regime de trabalho	61
3.1.10. Experiência Profissional do Corpo Docente	62
3.1.11. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente	62
3.1.12. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	62
3.1.13. Síntese Curricular do Corpo Docente.....	63
3.1.14. Funcionamento do Colegiado de Curso	63
DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS	64
4.1. Infraestrutura.....	64
4.1.1. Espaço Físico	64

4.1.1.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI	65
4.1.1.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos	65
4.1.1.3. Sala de Professores	65
4.1.1.3. Salas de Aula	65
4.1.2. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	65
4.1.2.1. Políticas de Acesso	65
4.1.2.2. Relação Equipamento/Aluno/Curso.....	66
4.1.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	66
4.1.4. Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida	66
4.1.5. Biblioteca	66
4.1.4.1. Acervo	67
4.1.4.1.1. Bibliografia Básica	67
4.1.4.1.2. Bibliografia Complementar.....	67
4.1.4.1.3. Periódicos Especializados	67
4.1.4.2. Formas de expansão e atualização do Acervo.....	67
4.1.4.3. Serviços.....	67
4.1.5. Laboratórios Especializados	68
4.1.5.1. Quantidade	68
4.1.5.2. Qualidade	68
4.1.5.3. Serviços.....	69

Informações Gerais

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. Mantenedora

NOME	Associação Cearense de Ensino e Cultura - ASCEC
ENDEREÇO	Rua Caetano Ximenes Aragão, 110 – Eng. Luciano Cavalcante
CNPJ	03.729.627/0001-76
MUNICÍPIO	Fortaleza
UF	CE

1.2. Mantida

NOME	Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE
ENDEREÇO SEDE	Rua Caetano Ximenes Aragão, 110 – Bairro Eng. Luciano Cavalcante
MUNICÍPIO	Fortaleza
UF	CE
TELEFONE	(85) 4009-3400
FAX	(85) 4009-3421
E-MAIL	marcioacbarros@yahoo.com.br
SITE	www.faece.edu.br
DIRIGENTE PRINCIPAL	Rita Maria Silveira da Silva

1.3. Histórico da Mantenedora

A **Associação Cearense de Ensino e Cultura – ASCEC**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Caetano Ximenes Aragão, 110, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza, Ceará, cadastrada no CNPJ sob o nº 03.729.627/0001-76, é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos.

1.4. Histórico da Mantida

De acordo com a Portaria nº 453, de 29 de abril de 2010, publicada no D.O.U. em 04 de maio de 2010, foi aditado o ato de credenciamento para fim de alteração de denominação do **Instituto de Ensino Superior do Ceará – IESC**, mantido pela **Associação Cearense de Ensino e Cultura – ASCEC**, em Fortaleza/CE, para **Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE**.

O **Instituto de Ensino Superior do Ceará – IESC**, ora denominado **Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE**, uma vez credenciado pela Portaria Ministerial nº 239, publicada no D.O.U. em 12/02/01, estabelecimento de ensino superior situado no mesmo endereço de sua mantenedora, oferece os cursos regulares de **Administração**, reconhecido pela Portaria nº 2.021 (publicada no D.O.U. em 09/06/05) com renovação de reconhecimento através da Portaria nº 309 (publicada no D.O.U. em 04/08/11); **Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda**, reconhecido

pela Portaria nº 2.018 (publicada no D.O.U. em 09/06/05); **Direito**, reconhecido pela Portaria nº 190 (publicada no D.O.U. em 09/02/09) com renovação de reconhecimento através da Portaria nº 29 (publicada no D. O.U em 28/03/12); **Fisioterapia**, reconhecido pela Portaria nº 759 (publicada no D.O.U. em 16/10/06); **Hotelaria**, autorizado pela Portaria nº 1.171 (publicada no D.O.U. em 18/04/02); **Turismo, com ênfase em Hotelaria e Eventos**, reconhecido pela Portaria nº 2.019 (publicada no D.O.U. em 09/06/05); **Enfermagem**, autorizado pela Portaria nº 126 (publicada no D.O.U. em 19/02/08); **Farmácia**, autorizado pela Portaria nº 1.687 (publicada no D.O.U. em 25/11/09); **Educação Física**, autorizado pela Portaria nº 1.021 (publicada no D.O.U. em 13/08/10); e tecnológicos de **Comunicação para Web**, autorizado pela Portaria nº 448 (publicada no D.O.U. em 25/02/04); **Multimídia**, autorizado pela Portaria nº 443 (publicada no D.O.U. em 25/02/04); **Gerenciamento de Redes de Computadores**, autorizado pela Portaria nº 1.199 (publicada no D.O.U. em 12/05/04); **Comunicação e Ilustração Digital**, autorizado pela Portaria nº 2.429 (publicada no D.O.U. em 12/08/04); **Produção Gráfica Digital**, autorizado pela Portaria nº 2.487 (publicada no D.O.U. em 20/08/04); **Comunicação Empresarial**, autorizado pela Portaria nº 2.488 (publicada no D.O.U. em 20/08/04).

E na Av. 13 de maio, 389, bairro de Fátima, funcionam os cursos tecnológicos de **Gestão de Comércio Exterior**, autorizado pela Portaria nº 3.840 (publicada no D.O.U. em 17/12/03); **Gestão Hospitalar**, autorizado pela Portaria nº 3.558 (publicada no D.O.U. em 01/11/04); **Turismo Receptivo**, autorizado pela Portaria nº 3.559 (publicada no D.O.U. em 01/11/04); **Gestão de Marketing**, autorizado pela Portaria nº 3.839 (publicada no D.O.U. em 17/12/03); **Gestão Mercadológica**, autorizado pela Portaria nº 1.195 (publicada no D.O.U. em 12/05/04); **Gestão Empreendedora**, autorizado pela Portaria nº 1.339 (publicada no D.O.U. em 20/05/04); **Gestão de Recursos Humanos**, autorizado pela Portaria nº 3.843 (publicada no D.O.U. em 17/12/03); **Eventos**, autorizado pela Portaria nº 3.390 (publicada no D.O.U. em 22/10/04); **Gestão de Empreendimentos Esportivos**, autorizado pela Portaria nº 3.094 (publicada no D.O.U. em 04/10/04) e **Gestão de Sistemas de Informação**, autorizado pela Portaria nº 1.200 (publicada no D.O.U. em 12/05/04).

1.5. Inserção Regional da Instituição

A concepção do Projeto Institucional da IES surge das necessidades e demandas da região de forma a construir e desenvolver uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e de suas áreas de influência.

Os cursos e os programas oferecidos pela IES, mediante seus projetos pedagógicos específicos, serão organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- o desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de graduação, a IES tem por finalidade a construção de

processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende se graduar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da IES com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificar a educação e a cultura. A missão da Instituição inclui preparação para a liderança e acompanhamento de profundas e densas mudanças induzidas pelo avanço tecnológico e pelas novas concepções de vida dele emergentes.

A IES tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A estrutura que se pretende implantar nessa era informacional, com a utilização dessas novas tecnologias gerenciais, abrirá espaços nos quais há possibilidades concretas de libertação das grandes patologias organizacionais: o normatismo, o burocratismo e o corporativismo, tão presentes na vida acadêmica. Essas patologias cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder.

A IES possui uma política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região de Fortaleza.

Finalmente, resta afirmar que a Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades abrangidas pela ação da IES.

Afinal, é premente na Instituição a preocupação de ministrar e desenvolver os conhecimentos e práticas necessárias para que os seus egressos tenham condições de atuar com competência nas empresas que escolherem em igualdade de condições com concorrentes de quaisquer regiões.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

Denominação:	Curso de Engenharia Civil, modalidade Bacharelado
Turno de Funcionamento:	Noturno
Carga Horária:	4.033 (quatro mil e trinta e três) horas
Tempo de Integralização:	Mínimo 10 semestres (5 anos) Máximo 15 semestres (5,5 anos)
Vagas Solicitadas:	100
Dimensionamento das Turmas:	Amparada no disposto no artigo 53 da Lei nº 9.394/1996, a IES, por meio de seus colegiados superiores, estabeleceu que os candidatos classificados em processo seletivo e matriculados serão divididos em grupos de 50 alunos. Enquanto que, nas atividades práticas, os grupos têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação da Coordenação de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 25 alunos por turma prática.
Regime de Matrícula:	Seriado semestral
Coordenador do Curso:	Nome: Clésio Jean de Almeida Saraiva Endereço: Rua Barão de Aracati, 909 - Aldeota CEP: 60115-901 Telefone: (85) 99989-9680 E-mail: cjeansaraiva@gmail.com Titulação: Mestre Área de concentração: Economia Conclusão: 2002 Regime de Trabalho: Integral sem dedicação exclusiva

DIMENSÃO 1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. Características da Instituição

1.1.1. Missão Institucional

A FAECE tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *locus* de referência no estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de

trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a IES pretende produzi-lo através da articulação do ensino com a extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política de Graduação rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

1.1.2. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

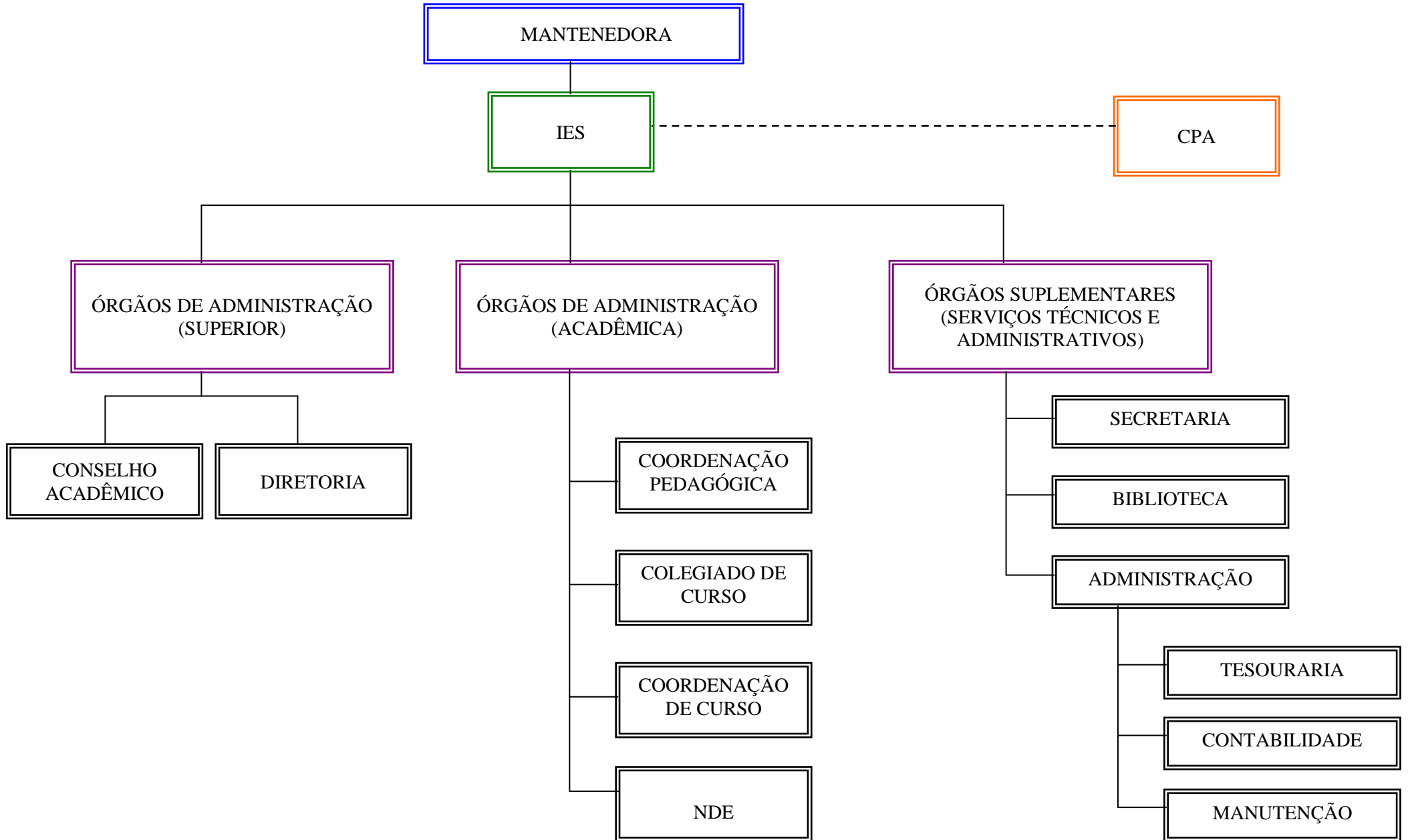
Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção.

Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

1.1.2.1. Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma Institucional é apresentado na página a seguir.

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



1.2. Administração

1.2.1. Condições de Gestão

O Projeto Institucional da IES contempla a necessidade para a implantação do curso de **Engenharia Civil**, juntamente com os demais cursos já implantados. Para as atividades acadêmicas e administrativas, a estrutura e o fluxo organizacional existentes são suficientes para a implantação e implementação do curso solicitado. A Direção Acadêmica e a Coordenação de Curso serão exercidas por docentes do quadro, sendo viável o cumprimento das normas administrativas e acadêmicas inerentes.

Apesar de tratar-se de um projeto para implantação de novo curso, há coerência entre a estrutura organizacional definida pela Instituição e a prática administrativa proposta.

1.2.1.1. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

Há uma preocupação constante, por parte da IES, para que a gestão do curso possa estar articulada com a gestão institucional. Entendemos que não há possibilidade de existir uma gestão de qualidade se não houver interface entre os objetivos institucionais e as atividades do curso.

Ademais, o Regimento da IES assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades.

Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da mantenedora e da mantida, o que permite e promove, conseqüentemente, a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

1.2.2. Planos de Desenvolvimento

No PDI, as informações específicas prestadas são coerentes com a estrutura organizacional e a prática administrativa existentes, além de haver condições financeiras satisfatórias para a implantação do curso.

1.2.3. Sistemas de Informação e Comunicação

A Instituição também apresenta estrutura para a coordenação, secretaria, tesouraria e um sistema de informática compatível com as necessidades do curso.

1.3. Políticas de Pessoal e Programas de Incentivos e Benefícios

Os mantenedores da IES entendem que, mesmo dispondo de um Projeto de Desenvolvimento Institucional adequado e de Projetos Pedagógicos consistentes dos cursos que oferece e pretende oferecer, isto pouco representará se não houver pessoas qualificadas para desempenhar as funções administrativas, pedagógicas e acadêmicas.

Sendo assim, são estabelecidos como critérios de contratação de pessoal administrativo:

- apresentar características de liderança;
- ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- ser empático e democrático em relação aos colegas;
- demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; e
- estar predisposto à formação contínua.

Para a contratação de professores, os critérios que nortearão a escolha podem ser resumidos em dez aspectos:

- 1) Professores com titulação mínima de especialista;
- 2) Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- 3) Professores com experiência docente e não docente;
- 4) Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, dois anos;
- 5) Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- 6) Professores comprometidos com a educação permanente;
- 7) Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e extensão às atividades docentes;
- 8) Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- 9) Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
- 10) Professores com relações sociais nas organizações locais.

1.3.1. Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes

Uma das preocupações da Instituição em promover o comprometimento do docente com os valores e princípios educacionais da IES foi sinalizada pela elaboração e implantação do Plano de Carreira Docente constante no PDI.

O Plano prevê classes, níveis e regime de trabalho. As classes de docentes serão de Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar.

O ingresso na Carreira de Professor de Ensino Superior dar-se-á, preferencialmente, na referência inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, e prevê os seguintes níveis e regimes de trabalho:

- I. Professor Titular e Professor Adjunto
- II. Professor Assistente
- III. Professor Auxiliar

- I. Regime de Tempo Integral – TI
- II. Regime de Tempo Parcial – TP
- III. Regime Horista – RHA

Foi prevista a avaliação docente, que funcionará como condicionante à progressão funcional. No plano docente estão previstos estímulos à qualificação, à capacitação, à pesquisa e extensão.

1.3.2. Plano de Carreira e Incentivo do Pessoal Técnico-Administrativo

A busca da IES pela eficaz promoção do comprometimento do corpo técnico-administrativo com os valores e princípios educacionais defendidos pela Instituição norteou a elaboração e implantação do Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo, constante no PDI.

O plano para a carreira administrativa prevê cargos técnicos de nível superior, médio e auxiliares administrativos.

1.3.3. Programas Institucionais de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes

O Programa de Assistência ao Corpo Discente prevê o oferecimento de bolsas de estudo referentes a descontos de 10% a 25% no valor da mensalidade do curso a estudantes carentes, mediante o preenchimento de formulário específico, que é, por sua vez, encaminhado para a avaliação e seleção de Comissão Especial, designada pela Diretoria. Essas bolsas são oferecidas considerando-se o equilíbrio entre os recursos existentes e a cota de bolsas pleiteadas.

Ademais, a IES viabiliza o programa de Financiamento Estudantil – FIES, nos termos da Portaria MEC nº 1.626, de 26 de junho de 2003.

O financiamento concedido, nesse caso, pode chegar até 75% dos encargos educacionais. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal que concede os financiamentos apenas aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A IES já aderiu ao ProUni – Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes carentes do município.

Tais benefícios serão concedidos também aos cursos novos a serem implantados em 2016, visando principalmente à inclusão social de alunos de baixa

renda nos meios universitários, conforme vem sendo incentivado pelo Ministério da Educação.

O Programa de Benefícios tem sido amplamente divulgado pela Instituição, por ocasião de abertura dos processos seletivos, e conta com mecanismos próprios de controle.

DIMENSÃO 2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Projeto Pedagógico do Curso

2.1.1. Contexto Educacional

A Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE surge para suprir as deficiências regionais em recursos humanos qualificados e para absorver a crescente massa de estudantes que concluiu ou, nos próximos anos, concluirá o ensino médio, conforme dados reveladores de pesquisa de mercado realizada.

Em 2015, a cidade de Fortaleza, cuja população é hoje estimada em 2.591.188 habitantes (IBGE), contou com 72.567 novas matrículas no ensino médio. No ano anterior, foram 385.889 candidatos inscritos em processos seletivos para um total de 63.781 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no município, segundo dados do INEP.

Nesse aspecto, indiscutivelmente, verifica-se que as instituições particulares desempenham relevante papel na formação superior, de forma a atender a demanda de mercado resultante de um processo, qual seja o aumento do contingente de egressos do ensino médio, que reclama pela necessidade de mais vagas, mais cursos e mais instituições, democratizando, assim, o acesso dos jovens aos estudos de nível superior.

O papel do sistema educacional privado é diminuir o fosso entre os concludentes do ensino médio e o acesso ao ensino superior. Isso pode ser feito mediante a autorização de mais cursos que, com competência e credibilidade, formem profissionais capacitados, preparados tanto para o setor empresarial quanto para a administração de órgãos públicos e privados.

Fortaleza precisa de profissionais qualificados para a gestão de práticas de trabalho modernas, para o empreendedorismo, para o emprego de atitudes inovadoras e para os desafios do desenvolvimento sustentável.

Sabe-se que, com a oferta de cursos de graduação, formando um contingente de profissionais com melhor preparação crítica, poder-se-á democratizar os projetos de cidadania e garantir bom êxito no processo de desenvolvimento e progresso regional.

É nesse contexto que se instala a Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará, que não poupará esforços no sentido de oferecer à comunidade cursos, projetos e programas voltados para as necessidades regionais e integrados à realidade de sua área de inserção.

A FAECE pretende estabelecer-se, ao longo do tempo, como um centro de referência no Estado do Ceará no que diz respeito à formação de profissionais com competências e habilidades técnico-científicas reguladas pela ética e por uma visão crítica de seu papel na sociedade – uma formação profissional voltada para a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis.

O curso de Engenharia Civil desta Instituição tem por objetivo proporcionar conhecimento básico da causa científica para que o profissional seja capaz de definir esquemas de construção, estabelecer o material a ser utilizado, calcular dimensões, supervisionar instalações, analisar a resistência e permeabilidade do solo e subsolo, além de desenvolver senso crítico e espírito de trabalho em equipe, podendo assim atuar como consultor, responsável técnico de projetos e de obras e perito em apoio judiciário, dentre outras funções.

Há também uma preocupação social da Instituição em atender ao mercado regional, já que, de acordo com informações obtidas do INEP, as instituições de ensino superior na cidade tiveram um total de 20.682 candidatos inscritos em seus processos seletivos para preencher as 1.229 vagas do curso de Engenharia Civil oferecidas no ano de 2014.

Com a oferta do curso de Engenharia Civil, a FAECE está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

2.1.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e PPI da IES em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade, o incentivo à pesquisa e extensão, são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude, são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

2.1.3. Concepção do Projeto Pedagógico de Curso - PPC

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o Curso como foi concebido leva em conta a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva do profissional de acordo com a orientação das Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino de Graduação em Engenharia Civil procurando assegurar a:

- Articulação entre o ensino e a extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- Inserção do aluno precocemente em atividades práticas, de forma integrada e interdisciplinar, relevantes à sua futura vida profissional;

- Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- Visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- Garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- Implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- Definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver junto e o aprender a conhecer que constituem atributos indispensáveis à formação do Engenheiro Civil;
- Realização das dinâmicas de trabalho em grupo, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

2.1.4. Perfil do Curso

A atuação do Engenheiro Civil faz-se necessária à sociedade na promoção do seu conforto, da sua prosperidade e do seu desenvolvimento, abrangendo áreas vitais para os vários segmentos populacionais, tais como atividades de projeto e execução de obras de infraestrutura, de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, de grandes estruturas de edifícios, pontes e barragens, de saneamento urbano e rural e ainda de obras subterrâneas de metrô e drenagem. Os estudos destas obras civis fazem suas abordagens sob os seus aspectos técnicos e ambientais, objetivando sua durabilidade, qualidade e sustentabilidade.

2.1.4.1. Justificativa da Oferta do Curso

O município de Fortaleza possui extensão territorial de 315 km² e é capital de maior densidade demográfica do país, com 7.786,4 hab/km². Fortaleza é a quinta cidade mais populosa do Brasil, com uma população hoje estimada em 2.571.896 habitantes, de acordo com o IBGE. É também um importante centro industrial e comercial do Brasil, com o sétimo maior poder de compra do país. Ainda segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2012 foi de R\$ 43.402.190.000 e o PIB per capita de R\$ 17.359,53.

Embora o comércio diversificado seja o maior gerador de riquezas da sua economia, reunindo o maior número de estabelecimentos comerciais no Centro, Fortaleza é sede de grandes indústrias, como a M. Dias Branco, a J. Macedo e a Grande Moinho Cearense do setor de alimentos.

O distrito industrial na Grande Fortaleza conta com mais de cem empresas instaladas, com destaque para os setores de têxteis, metalurgia e mecânica, material elétrico, químico e construção civil, empregando mais de 16 mil pessoas de forma direta.

Em relação ao mercado imobiliário do município, em 2014 foram lançadas 8.094 novas unidades residenciais, 26% a mais do que no ano anterior, de acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará.

Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Fortaleza é 0,754. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O IDHM passou de 0,652 em 2000 para 0,754 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,64%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 29,31% no período. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,161), seguida por Longevidade e por Renda.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

O último levantamento da educação básica realizado pelo INEP mostrou que 73.569 estudantes foram matriculados no ensino médio regular das redes municipal e estadual em Fortaleza. Essa cifra representa uma potencial demanda por formação superior para os próximos anos na região.

MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Período	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Parcial	72.045	60.912	63.398
Integral	15.534	28.254	10.171
Total	87.579	89.166	73.569

Estando prevista a expansão do ensino médio, o aumento de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE.

O ingresso na educação superior assume para o jovem da região um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

O quadro a seguir apresenta dados de 2012 da distribuição da população do município segundo a faixa etária e revela que 14% da população total encontra-se na faixa entre 18 e 24 anos, fase de ingresso acadêmico.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Faixa Etária	População	%
Menor 1 ano	36.419	1%
1 a 4 anos	135.700	5%
5 a 9 anos	179.816	7%
10 a 14 anos	212.587	9%
15 a 17 anos	133.886	5%
18 a 24 anos	351.893	14%
25 a 29 anos	246.903	10%
30 a 34 anos	213.583	9%
35 a 39 anos	187.335	7%
40 a 44 anos	178.805	7%
45 a 49 anos	159.170	6%
50 a 54 anos	124.177	5%
55 a 59 anos	97.490	4%
60 a 64 anos	77.883	3%
65 a 69 anos	54.905	2%
70 a 74 anos	43.727	2%
75 a 79 anos	28.211	1%
80 anos e mais	37.704	2%

O número de matrículas em instituições de ensino superior em 2012 em Fortaleza foi de 123.685, segundo dados do INEP. A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, é estimada em 35%. Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município.

Ainda de acordo com dados do INEP, em 2013 foram 360.176 candidatos inscritos em processos seletivos para as 57.737 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no município. Segundo informações obtidas no sistema e-MEC, existem hoje outras 38 instituições de ensino superior além desta no município, sendo que apenas 10 oferecem o curso de Engenharia Civil.

Com a oferta do curso de Engenharia Civil, esta IES está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

2.1.5 O Curso e as Políticas de Educação Ambiental

Em harmonia com a política nacional de educação ambiental e visando assegurar a aplicação transversal, contínua e permanente da educação ambiental nas disciplinas do curso de Engenharia Civil a concepção dos planos de ensino prevê de forma explícita, ou não, a ênfase na construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sustentabilidade ambiental em disciplinas como Desenvolvimento Sustentável, Engenharia e Meio Ambiente, Estudos Ambientais e

Saneamento Básico. Ainda neste sentido, devido às suas características interdisciplinares, as Atividades Práticas Supervisionadas harmoniza-se com esta orientação promovendo semestre a semestre, de forma articulada, a transversalidade da educação ambiental nas disciplinas do curso, assegurando:

- A incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar;
- O estudo dos conhecimentos, tecnologias e informações relacionados à questão ambiental;
 - A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
 - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
 - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
 - O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Adicionalmente, é oferecida a disciplina optativa “Educação Ambiental”.

2.1.6 O Curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para o Ensino dos Direitos Humanos

Em atendimento à resolução CNE/CP no 01 de 17 de Junho de 2004, o curso de Engenharia Civil, apresenta o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afro descendentes, na disciplina Homem e Sociedade.

Desta forma promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os futuros graduados quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Adicionalmente, é oferecida a disciplina optativa “Relações Étnico-Raciais e Afro-Descendência”.

Em atendimento à resolução CNE/CP nº 08, de 6 de Março de 2012, o Curso de Engenharia Civil apresenta a importância dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo, de forma articulada e transversal. Desta forma, promove diálogos e debates que conduzam ao pensamento crítico e a análise sistêmica sobre o futuro da humanidade e prol da justiça econômica e social. A questão dos Direitos Humanos é trabalhada na disciplina Homem e Sociedade e na disciplina optativa “Direitos Humanos”.

2.1.7 O Curso e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Curso de Engenharia Civil por meio do seu Núcleo Estruturante Docente, em conjunto com o Colegiado de Curso e demais setores da Instituição, acompanham o andamento das ações de melhorias e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil, de modo a assegurar às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso a um sistema educacional inclusivo, contemplando os seguintes aspectos:

- Elaborar propostas para o atendimento de pessoas com espectro autista, estabelecendo os objetivos, a metodologia e os procedimentos, respeitando o perfil, a missão, os objetivos, as metas, e as estratégias da Instituição;
- Acompanhamento e intervenção pedagógica de maneira a promover o processo de inserção da pessoa com espectro autista ocorra de forma contínua e permanente;
- Estabelecer parâmetros flexíveis de avaliação pedagógica, considerando o progresso de cada estudante, tendo como indicadores as suas relações sociais, sua forma de integração na IES, bem como as estratégias mobilizadas para o processo de ensino-aprendizagem;
- Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários à condução adequada do processo de inclusão e permanência do estudante com transtorno do espectro autista;
- Criar condições para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências dentro do espaço de formação acadêmica;
- Estabelecer conexões com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento.

2.1.8. Objetivos do Curso

A IES tem, como um de seus principais objetivos, preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca a compreensão das reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Desta forma o curso de Engenharia Civil, busca em consonância com os objetivos da IES, oferecer aos seus alunos uma formação generalista na área tecnológica de sua especialidade, bem como humanista, crítica e reflexiva, dando condições para que o aluno tenha capacidade de desenvolver-se intelectual e profissionalmente de forma autônoma e permanente, tornando-o capaz de contribuir para o desenvolvimento da sua região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos.

Desde o início do curso, são fornecidos estímulos para que os futuros engenheiros desempenhem uma atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

2.1.9. Perfil do Egresso

Conforme descrito no PDI da IES, “a política da IES para o ensino de graduação fundamenta-se na integração do ensino com a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulse a transformação sócio-político-econômica da sociedade”. Assim, este item tem por finalidade definir o perfil dos egressos do curso de Engenharia Civil da IES pela apresentação das competências profissionais e habilidades desejadas deste profissional.

Competências

As transformações de ordem social, tecnológica e estrutural, que se apresentam de maneira contínua na sociedade, influenciam decisivamente o perfil da maioria dos profissionais em praticamente todas as áreas de atuação. De forma específica, na área de Engenharia Civil, o setor da construção civil tem exigido novas habilidades e competências em todas as áreas de atuação deste profissional. Este novo profissional deve atender às exigências, onde são privilegiadas a criatividade e a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares associadas às responsabilidades ambientais, éticas, técnicas e econômicas. Além disso, o Engenheiro Civil deve ainda apresentar a capacidade de desenvolver e absorver novas tecnologias, tendo desta forma uma atuação profissional relevante em um contexto atual que contempla a multidisciplinaridade. Para tanto, o profissional egresso da IES apresenta uma formação básica sólida e generalista, com capacidade para se especializar em qualquer área do conhecimento da Engenharia Civil. Neste sentido, ao Engenheiro Civil formado pela IES estão associadas às seguintes competências:

- Formação ética e humanista, voltada à cooperação, à autonomia, à solidariedade, ao respeito e à tolerância, concretizada pelas disciplinas com conteúdos de Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania, pelas propostas de Atividades Complementares e pelas Atividades Práticas Supervisionadas e de Extensão.
- Consistentes valores sociais, conhecimentos e habilidades voltadas à conservação do meio ambiente e sustentabilidade através do uso consciente da engenharia.
- Sólida formação em Matemática e Física, uma vez que estes conteúdos constituem base fundamental para o aprendizado das disciplinas profissionalizantes.
- Ampla visão espacial, propiciada pelos conteúdos de Expressão Gráfica, pelas disciplinas profissionalizantes, pelos ensaios de campo, pelas visitas técnicas e pelos Trabalhos de Curso.

- Formação básica nos conteúdos de Probabilidade e Estatística, necessários para a interpretação e comparação de diversas disciplinas e processos compreendidos pela área de exatas.
- Capacidade de ampla compreensão dos fenômenos estáticos e dinâmicos que proporcionam a necessária estabilidade e durabilidade às obras de engenharia civil, abrangendo tanto a elaboração dos projetos como a construção ou execução dos empreendimentos.
- Formação básica nos conteúdos de Economia e Administração, Desenvolvimento Sustentável, necessários para a inserção do futuro engenheiro no mercado de trabalho, especialmente quando atuar junto a empresas de construção e outras organizações tecnológicas da construção civil.
- Consciência de que a estrutura social está em constante transformação, sendo necessário o contínuo aperfeiçoamento de novas tecnologias. Para tanto são promovidos constantes debates e palestras com especialistas e profissionais atuantes na área de Engenharia e em áreas correlatas.
- Consciência de que o pensamento lógico, segundo processos de dedução e demonstração inerentes à matemática, levará ao desenvolvimento de suas potencialidades, permitindo aplicá-las nas mais diversas áreas de sua atuação, fortalecendo a formação generalista do egresso.
- Consciência de que, apesar de limitações e deficiências resultantes da estrutura socioeconômica vigente, o formando irá ingressar em um mercado de trabalho globalizado e altamente competitivo.
- Visão abrangente de seu papel como profissional e de elemento transformador da estrutura social e da contribuição que o trabalho de Engenharia Civil pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício pleno de sua cidadania.
- Consciência de que o aprendizado de Engenharia é feito de forma interdisciplinar, contemplado em disciplinas que envolvam engenharia interdisciplinar e integrada, em conjunto com professores das várias disciplinas que compõem o curso e com as demais áreas de suporte ao ensino, estimulando o hábito de trabalhar em equipe. Os Trabalhos de Curso são componentes curriculares que sumarizam a referida integração disciplinar.
- Atribuição técnica e gerencial para se responsabilizar legalmente por projetos e gerenciamento de obras no âmbito de sua especialização.

Habilidades

Pelos conteúdos disciplinares, visitas técnicas, estudos de meio, propostas de Atividades Complementares, Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares, Trabalhos de Curso, atividades de estágio, ciclos de atualização profissional e seminários multidisciplinares, ao Engenheiro Civil formado pela IES estão associadas as seguintes habilidades:

- Raciocínio lógico-matemático para resolver problemas em engenharia.
- Visão crítica de ordens de grandeza.
- Capacidade para analisar e simular sistemas físicos.
- Leitura, interpretação e expressão por meios gráficos.

- Domínio de técnicas computacionais.
- Capacidade de identificar, modelar e resolver problemas.
- Disposição para auto aprendizado e para a educação continuada.
- Capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares.
- Responsabilidade social e ambiental.
- Compromisso com a ética profissional.
- Conhecimento da legislação pertinente.
- Capacidade de expressar-se com clareza, precisão e objetividade.

Atitudes

- Compreender o papel do exercício profissional como instrumento de promoção de transformações sociais;
- Apropriar-se de novas formas de aprender, conectadas com a realidade concreta aprimorando a independência intelectual, o exercício da crítica e a autonomia no aprender;
- Desenvolver a atitude científica, valorizando a produção e utilização do conhecimento científico-tecnológico, aprimorando o rigor científico e intelectual em suas ações sociais e profissionais;
- Aprimorar valores éticos e humanísticos essenciais para o exercício profissional, tais como a solidariedade, respeito à vida humana, convivência com a pluralidade e diversidade de pensamento;
- Reconhecer os limites e as possibilidades da sua prática profissional;
- Buscar constante aprimoramento profissional através da educação continuada.

PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

O engenheiro civil projeta, gerencia e acompanha todas as etapas de uma construção ou reforma, seja de casas, edifícios, pontes, viadutos, estradas, barragens, canais ou portos. Seu trabalho inclui a análise das características do solo, o estudo da insolação e da ventilação do local e a definição dos tipos de fundação.

No Brasil, a área da construção civil se mantém em crescimento graças a planos populares para a compra de imóveis financiados pelas construtoras e os projetos do governo federal, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida.

De acordo com o Grupo TeleListas, Fortaleza possui 68 construtoras onde o bacharel pode atuar como funcionário direto ou como prestador de serviços. Ainda, segundo dados do IBGE (2013), há na cidade mais de 66 mil empresas para as quais este profissional pode prestar serviços.

Diante do contexto analisado, o curso de Engenharia Civil tem por objetivo, por meio do processo de ensino-aprendizagem, desenvolver nos alunos as competências requeridas dos profissionais dessa área, dentro da expectativa do mercado supracitada.

Além disso, há uma preocupação social da Instituição em atender ao mercado regional, já que, de acordo com informações obtidas do e-MEC, existem 39 instituições de ensino superior na cidade e, dentre elas, 10 oferecem o curso de Engenharia Civil, número este insuficiente para abarcar a extensa demanda da região.

Quanto aos egressos, a IES se preocupa com sua inserção no mercado de trabalho e, para tanto, promoverá constantemente programas especiais de capacitação, serviços técnicos e de consultoria e a realização de treinamentos, encontros e workshops com profissionais da área.

A IES também criará o Núcleo de Acompanhamento ao Egresso, que visa ao entrosamento dos profissionais formados pela instituição, organizando grupos de debate e de auxílio mútuo, dando uma atenção contínua ao ex-aluno.

2.1.10. Estrutura Curricular

O curso de Engenharia Civil possui uma estrutura curricular que possibilita ao alunado atingir os objetivos gerais, as competências e habilidades preparando-o para ingressar em um mercado de trabalho globalizado e competitivo.

Segundo as diretrizes nacionais para os cursos de Engenharia, “todo curso de Engenharia, independente da sua modalidade, deve possuir em seu currículo um ciclo de conteúdos básicos, um ciclo de conteúdos profissionalizantes e um ciclo de conteúdos específicos que caracterizem a modalidade”. A estrutura curricular está dividida em áreas com disciplinas afins, mas todas integradas por meio de seus planos de ensino, com carga horária total de 4033 horas “cheias” ou 4840 horas-aula, distribuídas ao longo de 5 anos de curso. As áreas gerais são: Núcleo Básico, Núcleos Profissionalizante e Específico, Trabalhos de Curso, Estágio Supervisionado e Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

2.1.10.1. Formas de Realização de Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática.

Através da integração disciplinar possibilita-se análise dos objetivos de estudo de diversos prismas, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)criação do conhecimento. Para tanto, a interdisciplinaridade será mobilizada através dos seguintes processos ou eventos:

- Palestras interdisciplinares;
- Visitas Técnicas de caráter abrangente e multidisciplinar, permitindo ao aluno visualizar a interdisciplinaridade entre os vários conceitos do curso expostos nas visitas;
- Readequação dos métodos de aula, orientando os professores para que a matéria seja abordada integrando conceitos interdisciplinares;

- Aulas de laboratório com ensaios que mobilizem testes de natureza interdisciplinar.

2.1.11. Conteúdos Curriculares

As áreas gerais são: Núcleo Básico, Núcleos Profissionalizante e Específico, Trabalho de Curso, Estágio Supervisionado, Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

1. Núcleo Básico

O núcleo básico do currículo do curso de Engenharia Civil é composto pelos conteúdos previstos no parágrafo 1o do artigo 6o das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, versando sobre os seguintes tópicos:

- Comunicação e Expressão (conteúdo ministrado nas disciplinas “Interpretação e Produção de Textos” e “Comunicação e Expressão”).
- Informática (conteúdo ministrado nas disciplinas “Tópicos de Informática” e “Programação de Computadores”).
- Expressão Gráfica (conteúdo ministrado na disciplina “Desenho Técnico”).
- Matemática (conteúdo ministrado nas disciplinas “Tópicos de Matemática”, “Cálculo com Geometria Analítica”, “Cálculo de Funções de Várias Variáveis” e “Equações Diferenciais”).
- Estatística (conteúdo ministrado nas disciplinas “Estatística Descritiva” e “Estatística Indutiva”).
- Física (conteúdo ministrado nas disciplinas “Tópicos de Física Geral e Experimental”, “Mecânica da Partícula”, “Fundamentos de Termodinâmica” e “Complementos de Física”, incluindo aulas práticas).
- Fenômenos de Transporte (conteúdo ministrado nas disciplinas “Estática dos Fluidos” e “Fenômenos de Transporte”).
- Mecânica dos Sólidos (conteúdo ministrado nas disciplinas “Cinemática dos Sólidos” e “Dinâmica dos Sólidos”).
- Eletricidade Aplicada (conteúdo ministrado na disciplina “Eletricidade Básica”, incluindo aulas práticas).
- Química (conteúdo ministrado na disciplina “Química Aplicada”).
- Ciência e Tecnologia dos Materiais (conteúdo ministrado na disciplina “Materiais de Construção Civil” e “Materiais Naturais e Artificiais”).
- Administração e Economia (conteúdo ministrado na disciplina “Economia e Administração”).
- Ciências do Ambiente (conteúdo ministrado na disciplina “Desenvolvimento Sustentável” e “Engenharia e Meio Ambiente”).
- Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania (conteúdos ministrados nas disciplinas “Homem e Sociedade”, “Ciências Sociais”, “Ética Profissional”, “Legislação Profissional” e “Tópicos de Atuação Profissional”).
- Metodologia Científica e Tecnológica (conteúdo ministrado nas disciplinas “Metodologia do Trabalho Acadêmico” e “Métodos de Pesquisa”).

2. Núcleos Profissionalizante e Específico

As disciplinas que compõem os núcleos profissionalizante e específico podem ser agrupadas em cinco blocos, a saber: Bloco Profissionalizante Fundamental, Bloco Estrutural, Bloco Geotécnico, Bloco Hidráulico-Sanitário e o Meio Ambiente, Bloco de Transporte e Bloco Complementar.

Além das disciplinas classificadas em blocos temáticos, a matriz curricular do curso de Engenharia Civil inclui também “Instalações Prediais Elétricas e Hidráulicas” abrangendo o projeto de instalações elétricas de edificações e ainda Atividades Práticas Supervisionadas, nas quais o aluno pratica, sob a orientação de um professor, a interdisciplinaridade na solução de problemas reais da área de construção civil.

Os conhecimentos práticos relacionados com os núcleos profissionalizantes e específicos são advindos das atividades de campo e dos ensaios tecnológicos executados nos seguintes laboratórios: Laboratórios de Geologia e de Mecânica dos Solos, Laboratório de Materiais de Construção, Laboratório de Hidráulica e Laboratórios de Topografia e Geodésia.

Dispondo de equipamentos constantemente atualizados e programação de ensaios sempre em consonância com os procedimentos normalizados e vigentes, os laboratórios constituem-se em infraestrutura pedagógica moderna e motivante, preparando o aluno para sua inserção no mercado de trabalho já habituado aos procedimentos Laboratoriais da Engenharia Civil.

2.1.11.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de Junho de 2004, a IES incluiu nas matrizes curriculares de seus cursos o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes, na disciplina Homem e Sociedade e por meio da disciplina optativa Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

2.1.11.2. Políticas de Educação de Ambiental

A Instituição promove na sua Matriz Curricular a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, na disciplina Ciências Sociais, por meio da disciplina optativa Educação Ambiental e, principalmente, nas Atividades Práticas Supervisionadas, Estudos Disciplinares e Atividades Complementares.

Princípios básicos da educação ambiental:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I. o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II. a garantia de democratização das informações ambientais;
- III. o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV. o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V. o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI. o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII. o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2.1.12. Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso de Graduação em Engenharia Civil foi formulada para que o acadêmico, como agente do aprendizado, venha a desenvolver um programa de estudos coerente, integrado e flexível, com sólida formação básica, para que esteja apto a enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A distribuição das cargas horárias destinadas aos ambientes de aprendizado é organizada de forma equilibrada entre as disciplinas (básicas, específicas e tecnológicas), para oportunizar ao acadêmico a aquisição dos conhecimentos indispensáveis à sua formação. Dentre os conteúdos oferecidos há os que podem ser contabilizados como “Atividades Complementares”, “Estudos Disciplinares” e “Atividades Práticas Supervisionadas”, que incluem monitorias, estágios extracurriculares, programas de extensão, estudos complementares individuais e em grupo, participação em cursos, congressos, simpósios, realizados em outras áreas afins, dentre outros.

Considerando as mudanças introduzidas no cenário da avaliação da educação superior, com a promulgação da Lei no 10.861/2004, a FAECE vem mobilizando a inteligência institucional aliada aos recursos oferecidos pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), na perspectiva de aperfeiçoar sua metodologia de ensino e sua proposta didático-pedagógica.

Esse aperfeiçoamento se materializa no âmbito dos cursos de graduação, por meio de uma contínua reflexão sobre os resultados das avaliações internas, produzidas pela CPA e NDE, e externas conduzidas pelo INEP.

Deste aperfeiçoamento e reflexão, dentre outras medidas emergiu a necessidade de introduzir no currículo dos cursos de graduação, atividades obrigatórias diferenciadas que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares.

Nesse contexto estão inseridos os Estudos Disciplinares (ED) e as Atividades Práticas Supervisionadas (APS).

Os ED são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da FAECE, funcionando como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. São objetivos dos ED:

- a) Prover ao aluno de graduação competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida que ele progride em sua formação.
- b) Ampliar nos períodos iniciais do Curso, os conhecimentos dos alunos sobre os conteúdos curriculares de formação geral;
- c) Suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- d) Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos ED são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo Coordenador do Curso em conjunto com Líderes de Disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações e problemas típicos da sua área de formação. Os exercícios abordam, inicialmente, conteúdos de formação geral, e à medida que o aluno avança no Currículo, promove-se uma substituição progressiva desses conteúdos, por outros de formação específica de cunho interdisciplinar, envolvendo os campos do saber afins da área de formação específica do curso. Estes são desenvolvidos com recursos educacionais combinados do ensino presencial e da educação à distância, utilizando, entre outros, a plataforma de Tecnologia de Informação e Comunicação da FAECE.

As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes, e serão tratadas em tópico específico.

Os componentes curriculares do Projeto Pedagógico de Curso da Engenharia Civil primam não só pelo ensino de conteúdos, mas também pelo desenvolvimento de competências e habilidades na formação do profissional, dando condições para o exercício pleno da cidadania, pautado em princípios éticos, com capacidade crítico-reflexivo, sobre a realidade econômica, política, social, ambiental e cultural.

Sendo assim, o PPC foi construído de forma permanente, avaliando constante e periodicamente as atividades realizadas, constituindo novos desafios para o Corpo Docente e Coordenação do Curso.

Nesta perspectiva, novos projetos de ações e os componentes curriculares que integram o plano curricular, devem ser implementados, após criteriosas análises e discussões em conjunto, para que se possa fomentar o grau de qualidade do Ensino desejado pela FAECE.

Torna-se visível, pois, nas projeções feitas pelo corpo docente do Curso de Graduação em Engenharia Civil, a preocupação colegiada com um ensino atualizado, em conformidade com as novas tendências educacionais, segundo as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Engenharia.

A proposta didático-pedagógica do Curso de Engenharia Civil da FAECE está pautada na distribuição modular dos conteúdos pertinentes à formação profissional, totalizando dez, em regime de seriação semestral.

As unidades curriculares apresentadas a seguir formam a matriz curricular do Curso de Engenharia Civil da FAECE. O aluno deverá escolher pelo menos uma entre as disciplinas optativas oferecidas: Língua Brasileira de Sinais (Libras), Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais/Afro-descendência e Direitos Humanos.

ENGENHARIA CIVIL

Sem	Disciplina (Nome Completo)	CH Semestral	Aulas Semanais	Aulas Teóricas Semanais	Aulas Práticas Semanais
1	Estudos Disciplinares	60			
1	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
1	Homem e Sociedade	30	1,5	1,5	
1	Interpretação e Produção de Textos	30	1,5	1,5	
1	Tópicos de Matemática	90	4,5	4,5	
1	Noções de Direito	30	1,5	1,5	
1	Tópicos de Informática	30	1,5		1,5
1	Tópicos de Física Geral e Experimental	90	4,5	3	1,5
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	12	3
2	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
2	Estudos Disciplinares	60			
2	Ciências Sociais	30	1,5	1,5	
2	Comunicação e Expressão	30	1,5	1,5	
2	Química Básica	30	1,5	1,5	
2	Cálculo com Geometria Analítica	60	3	3	
2	Ética e Legislação Profissional	30	1,5	1,5	
2	Mecânica da Partícula	90	4,5	3	1,5
2	Desenho Técnico	30	1,5		1,5
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	12	3
3	Estudos Disciplinares	60			
3	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
3	Estatística Descritiva	30	1,5	1,5	
3	Desenvolvimento Sustentável	30	1,5	1,5	
3	Cálculo de Funções de Várias Variáveis	60	3	3	
3	Fundamento de Termodinâmica	30	1,5	1,5	
3	Cinemática dos Sólidos	60	3	3	1,5
3	Estática dos Flúidos	30	1,5	1,5	
3	Eletricidade Básica	60	3	1,5	
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	13,5	1,5
4	Estudos Disciplinares	60			
4	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
4	Língua Brasileira de Sinais (Optativa)	20	1	1	
4	Engenharia e Meio Ambiente	30	1,5	1,5	
4	Programação de Computadores	30	1,5	1,5	
4	Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (Optativa)	20	1	1	
4	Educação Ambiental (Optativa)	20	1	1	
4	Direitos Humanos (Optativa)	20	1	1	
4	Fenômenos de Transporte	30	1,5	1,5	

4	Complementos de Física	60	3	1,5	1,5
4	Estatística Indutiva	30	1,5	1,5	
4	Equações Diferenciais	60	3	3	
4	Dinâmica de Sólidos	60	3	3	
	TOTAL NO PERÍODO	430	16	14,5	1,5
5	Resistência dos Materiais Cívicos	60	3	3	
5	Estudos Disciplinares	60			
5	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
5	Topografia	30	1,5	1,5	
5	Gerenciamento de Obras Cívicas	30	1,5	1,5	
5	Hidráulica e Hidrologia	60	3	1,5	1,5
5	Materiais de Construção Civil	60	3	1,5	1,5
5	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	1,5	1,5	
5	Química Aplicada	30	1,5		1,5
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	10,5	4,5
6	Ergonomia, Antropometria e Acessibilidade/Segurança do Trabalho	30	1,5	1,5	
6	Estudos Disciplinares	60			
6	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
6	Geodésia	30	1,5		1,5
6	Hidráulica e Hidrologia Aplicada	90	4,5	3	1,5
6	Complementos de Resistência dos Materiais	90	4,5	4,5	
6	Métodos de Pesquisa	30	1,5	1,5	
6	Materiais Naturais e Artificiais	30	1,5	1,5	
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	12	3
7	Estradas e Aeroportos	60	3	3	
7	Estudos Disciplinares	60			
7	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
7	Mecânica dos Solos e Geologia	60	3	1,5	1,5
7	Teoria das Estruturas	60	3	3	
7	Arquitetura e Urbanismo	30	1,5	1,5	
7	Estruturas de Concreto Armado	30	1,5	1,5	
7	Tecnologia da Construção (Sistemas Construtivos)	30	1,5	1,5	
7	Sistemas Estruturais (Concreto)	30	1,5	1,5	
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	13,5	1,5
8	Estudos Disciplinares	60			
8	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
8	Aplicação de Estruturas de Concreto Armado (Edifícios)	120	6	6	
8	Engenharia Civil Interdisciplinar	30	1,5	1,5	
8	Sistemas Estruturais (Madeira e Metais)	30	1,5	1,5	
8	Mecânica dos Solos e Fundações	60	3	3	
8	Sistemas de Tratamento de Águas e Esgoto	60	3	3	

	TOTAL NO PERÍODO	410	15	15	
9	Fundações Profundas	60	3	3	
9	Estudos Disciplinares	60			
9	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
9	Trabalho de Curso I	30	1,5	1,5	
9	Pontes e Grandes Estruturas	90	4,5	4,5	
9	Instalações Prediais (Elétrica e Hidráulica)	60	3	3	
9	Estudos Ambientais e Saneamento Urbano	30	1,5	1,5	
9	Engenharia Civil Integrada	30	1,5	1,5	
	TOTAL NO PERÍODO	410	15	15	
10	Estudos Disciplinares	60			
10	Atividades Práticas Supervisionadas	50			
10	Estágio Supervisionado	540			
10	Trabalho de Curso II	30	1,5	1,5	
10	Complementos de Instalações Prediais	30	1,5	1,5	
10	Obras de Terra	90	4,5	4,5	
10	Tópicos de Atuação Profissional - Engenharia Civil	30	1,5	1,5	
10	Atividades Complementares	180			
10	Técnica e Economia de Transporte	60	3	3	
10	Economia e Administração	30	1,5	1,5	
10	Orientação de Estágio	30	1,5	1,5	
	TOTAL NO PERÍODO	1130	15	15	
	Total no curso (horas - aula)	4840	151	133	18
	Total no curso (horas “cheias”)	4033			

DISCIPLINAS OPTATIVAS	20
LIBRAS	
RELAC ETNIC-RAC AFRODESC (OPT)	
DIREITOS HUMANOS	
EDUC. AMBIENTAL (OPT)	

Componentes Curriculares	Carga Horária	
	Horas aula	Horas
Carga Horária em sala de aula	3620	3017
Atividades Práticas Supervisionadas	500	417
CH TOTAL (Excluindo o Estágio e AC)	4120	3434
Estágio Curricular	540	450
Atividades Complementares	180	150
CH TOTAL DO CURSO	4840	4033

2.1.13. Ementário e Bibliografias do Curso

O ementário e sua respectiva bibliografia encontram-se anexo ao presente documento.

2.1.14. Metodologia

A escolha das metodologias de ensino-aprendizagem é de responsabilidade de cada professor. Cabe a cada professor escolher as estratégias de ensino-aprendizagem mais adequadas aos conteúdos a serem desenvolvidos. Cabe a cada professor, também, buscar fazer com que suas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação sejam, por si só, formas de desenvolvimento de competências dos alunos. Para tanto o que se requer dos professores é:

- Foco nos objetivos do curso e no perfil desejado do egresso e nas competências relacionadas;
- Foco nos objetivos da disciplina;
- Visão sistêmica (capacidade de ver a importância de sua disciplina, no conjunto das disciplinas do curso e a importância destas para os objetivos do curso e para realização do perfil desejado do egresso);
- Trabalho em equipe;
- Liderança (da classe) pela competência e pelo exemplo;
- Atualização;
- Atratividade das aulas com foco na otimização do aprendizado dos alunos.

2.1.15. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso (TC) constitui-se numa atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial, obrigatório e realizado individualmente para a integralização curricular.

O TC é um dos requisitos obrigatórios para a conclusão do curso de graduação. São objetivos do TC:

- I - Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso.
- II - Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.
- III - Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;
- IV - Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de sua capacidade científica por meio de realização de experiência de pesquisa, inter-relacionando o aprendizado teórico à prática, dando-lhe condições para a publicação de artigos e trabalhos científicos.

O objetivo do Trabalho de Curso é a aplicação dos conteúdos das disciplinas da matriz curricular, dos ensaios laboratoriais, dos conhecimentos adquiridos nas visitas técnicas e das experiências em participações em Ciclos de Palestras e Seminários na elaboração de um projeto, composto preferencialmente por:

- Estudo de viabilidade técnico-econômica,
- Estudo dos aspectos ambientais do projeto,
- Estudo das possíveis alternativas de projeto (com justificativa da escolha),
- Levantamentos preliminares,
- Escolha do método construtivo,
- Levantamentos complementares de campo,
- Projeto básico e projeto executivo (compreendendo desenhos, memoriais de cálculo e especificações técnicas),
- Construção de protótipos, ou maquete eletrônica que permita uma visualização tridimensional do equipamento.

Pelo seu caráter integrador, o Trabalho de Curso representa um Projeto Integrado em Engenharia Civil, devendo o aluno atuar em grupos sob a supervisão de um ou mais professores designados pela Coordenação do Curso.

O Trabalho de Curso permite que o aluno inicie sua atuação profissional de forma assistida por professores dentro da própria Instituição. Muitas vezes, o aluno obtém parcerias com empresas voltadas à área de atuação e de pesquisa do seu trabalho. Ou seja, o Trabalho de Curso integra os blocos de disciplinas de forma harmônica, evolutiva e interdisciplinar.

Para incentivar os alunos, os trabalhos serão divulgados internamente, por apresentações para professores, para bancas de avaliadores, muitas vezes formadas por empresários, e para alunos de outros semestres e cursos. A avaliação do trabalho de curso pode ainda, incluir a critério do professor responsável pela disciplina de trabalho de curso, a aplicação de provas bimestrais, a verificação da participação individual, apresentações orais e a entrega de um projeto final.

A avaliação do trabalho de curso deverá seguir os critérios gerais de avaliação estabelecidos pelo regimento da instituição associados às seguintes orientações:

- 1) Os resultados finais de cada semestre deverão ser avaliados por uma Banca Examinadora formada preferencialmente por professores de disciplinas do curso.
- 2) A Banca Examinadora pode contar com professores convidados de outros cursos ou campi, a critério do professor responsável pela disciplina de trabalho de curso.
- 3) A avaliação deve abranger requisitos de desempenho do trabalho da equipe e requisitos de desempenho de cada aluno componente da equipe, de forma a permitir a diferenciar as contribuições individuais de cada aluno para o resultado do trabalho de curso.

4) A nota do aluno deve ser composta pelo resultado da avaliação do grupo e pelo resultado da avaliação individual, a critério do professor responsável pela disciplina de trabalho de curso.

A divulgação das datas das apresentações dos trabalhos será realizada nos quadros de avisos e por meio de avisos eletrônicos. Os trabalhos que apresentarem inovações tecnológicas significativas e que possam ter impacto positivo no desenvolvimento social, preservando e promovendo a consciência crítica em relação aos aspectos ambientais, serão divulgados em veículos internos e na página da IES na web. Muitos Trabalhos de Curso poderão participar de concursos externos e, os que receberem prêmios e menções, serão divulgados pela mídia especializada.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CURSO

Art. 1 Objetivando a estruturação e o desenvolvimento das atividades de trabalho de curso foram implantadas na grade Curricular as disciplinas Trabalho de Curso I e Trabalho de Curso II;

Art. 2 De acordo com as Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Curso será supervisionado e orientado por um professor do quadro docente que orientará e acompanhará a evolução do Trabalho de Curso em duas etapas consecutivas, quais sejam: Trabalho de Curso I (Projeto de Pesquisa) e Trabalho de Curso II (Projeto Executivo);

Art. 3 O tema principal do Trabalho de Curso deve versar sobre aspectos significativos da Engenharia Civil tais como: concepção de projetos, tecnologia construtivas, técnicas laboratoriais, pontes e grandes estruturas, túneis e obras subterrâneas, fundações, contenções, obras hidráulico-sanitárias, patologias da construção civil, núcleos habitacionais populares e outros temas que deverão ser escolhidos em conjunto com o professor orientador.

Parágrafo 1º - O trabalho poderá ser individual ou em equipe de no máximo três alunos;

Parágrafo 2º - Após a escolha do tema, a amplitude e progressão do trabalho deverá sempre contar com a participação e aprovação do professor orientador;

Parágrafo 3º - tanto no Trabalho de Curso I como no Trabalho de Curso II a interdisciplinaridade deverá permear os diversos temas abordados, considerando os impactos ambientais causados pela obra e as medidas de sua mitigação;

Parágrafo 4º - O Trabalho de Curso II deverá ser apresentado pelos seus autores perante uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois professores componentes do quadro docente;

Parágrafo 5º - O Trabalho de Curso nas suas duas etapas é obrigatório para a integralização do curso e não pode ser substituído por outra atividade;

Parágrafo 6º - O Trabalho de Curso deve ser estruturado, redigido e apresentado de acordo com as normas da ABNT vigente disponível no site da Instituição no menu “Serviços – Biblioteca” .

Art. 4 Todo trabalho de curso deverá conter um estudo do estado da arte do tema principal escolhido.

Art. 5 Todo trabalho de curso da área de Engenharia Civil deverá apresentar um estudo de caso que permita uma ilustração prática coerente com o tema escolhido.

Art. 6 O desempenho do aluno que realiza o Trabalho de Curso I e II é avaliado aula a aula, mediante relatórios de atividades, que deve ser aprovado pelo orientador e assinado pelo aluno como documentação pertinente ao desenvolvimento do trabalho de curso.

Art. 7 O produto do Trabalho de Curso I é o estabelecimento das diretrizes conceituais do tema escolhido e o produto do Trabalho de Curso II é o projeto detalhado e quantitativo do tema escolhido.

Art. 8 Para ser aprovado o aluno deverá obter no mínimo nota sete(7,0) resultante da média aritmética das três notas dadas pelos componentes da banca examinadora.

Art. 9 O aluno deverá apresentar 5 cadernos em formato A4, devidamente encadernados e 2 CDs com a digitalização do projeto apresentado à Banca examinadora.

Art. 10 O aluno/equipe terá quinze (15) minutos para apresentar o seu trabalho à banca examinadora; o tempo total para comentários e arguição, incluindo o tempo de resposta do aluno, será de vinte (20) minutos;

Parágrafo 1º – O tempo total de apresentação não deve ultrapassar trinta (30) minutos.

Parágrafo 2º – Cabe ao presidente da banca garantir o controle do tempo e o bom andamento dos trabalhos.

Art. 11 Ao final da defesa os membros da banca examinadora farão as avaliações individualmente nas “Fichas de avaliação dos membros da banca”.

Art. 12 Será considerado reprovado, ficando o professor orientador desobrigado de suas responsabilidades, o aluno que:

- I. Não entregar nas datas estabelecidas no Cronograma Semestral de Atividades o formulário “Solicitação de Agendamento de Defesa Pública”;
- II. Não entregar nas datas estabelecidas no Cronograma Semestral de Atividades as cópias, destinadas aos membros da banca;
- III. Não comparecer à apresentação e defesa na data, local e horário determinado, salvo por motivos excepcionais.

Art. 13 Em caso de reprovação o aluno não poderá reapresentar o TC à banca examinadora, no mesmo semestre.

Parágrafo 1º - Os membros da banca poderão propor reformulações no trabalho seja por escrito, ou verbalmente; neste caso, cabe ao aluno fazer o registro das alterações sugeridas;

Parágrafo 2º - No caso da aprovação ter sido condicionada a alterações, o aluno deverá efetuar as alterações sugeridas e apresentar ao orientador a versão modificada do mesmo, juntamente com as alterações propostas registradas pelo aluno ou recebidas, por escrito, para verificação;

Parágrafo 3º - Caso a versão modificada tenha atendido ao que foi recomendado pela banca, o orientador deverá assinar o “Termo de Conclusão do Trabalho de Curso II”.

Parágrafo 4º - As alterações, uma vez realizadas, não modificam a nota atribuída por ocasião da defesa.

Art. 14 O Colegiado do Curso de Graduação de Engenharia Civil é a instância recursiva das decisões da coordenação do trabalho de curso.

Art. 15 Os casos omissos, no presente regulamento, serão resolvidos pelo colegiado de curso.

Art. 16 Este regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

2.1.16. Estágio Supervisionado

O curso de Engenharia Civil da IES, em consonância com o artigo 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais, exige 450 horas, as quais correspondem a 540 horas-aula de estágio em empresas e instituições que atuem na área.

O curso segue também as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008, que define, classifica e estabelece relações de estágio.

Embora o aluno possa realizar atividades de estágio desde o início do curso, a disciplina Estágio está presente na matriz curricular no 10º semestre, acentuando sua importância no último ano letivo, visando a possibilitar ao formando a aplicação profissional dos conteúdos desenvolvidos no curso.

A supervisão do estágio curricular é feita por um professor designado pela Coordenação do Curso. Nas aulas de orientação, o professor promove seminários nos quais cada aluno descreve as atividades desenvolvidas no estágio, estimulando debates entre os participantes, que auxiliam os alunos no entendimento global das empresas e organizações. Deste modo, os alunos amadurecem as visões de organogramas, atribuições, perfis de atuação profissional, posicionamento das empresas no cenário nacional, das perspectivas futuras (tanto individuais como das empresas) e da coerência entre os conteúdos curriculares e suas relações com as

práticas vigentes no mercado. Assim, os alunos são capazes de reconhecer as habilidades e competências inerentes ao Engenheiro Civil.

Em cada aula, os alunos devem elaborar uma síntese das apresentações dos colegas. Com esta prática, pretende-se aprimorar também as habilidades de expressões oral e escrita dos futuros engenheiros. O aluno deve entregar o relatório final de estágio, consubstanciando suas atividades técnicas e gerenciais, incluindo também uma declaração formal da empresa, atestando a quantidade de horas de estágio, o período em que o mesmo foi realizado e o registro profissional do engenheiro responsável. Os itens que compõem o referido relatório são: dados gerais da empresa e sua área de atuação, organograma funcional da empresa e posicionamento do aluno, principais obras executadas e em andamento, aspectos técnicos de destaque em virtude de suas inovações tecnológicas, compromissos da empresa com a qualidade total e com o desenvolvimento sustentável, memoriais de cálculos relevantes, especificações técnicas, métodos construtivos, atividades técnico-administrativas preponderantes do aluno, diagnóstico das perspectivas da empresa no cenário nacional e conclusão final.

Verifica-se que o professor orienta o aluno quanto às práticas do estágio, quanto ao relatório final, quanto à proposta do curso e quanto à iniciação profissional do futuro egresso. Deverá zelar para que as competências e habilidades requeridas do egresso sejam aplicadas na empresa e/ou instituição onde o estágio é realizado.

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 O Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2 O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

- a) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
- b) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82);
- c) Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993 Institui Política Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente e dá outras providências;
- d) Resolução CNE/CES No. 11 de 11 de Março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos de graduação em Engenharia Civil.

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 3 Considera-se Estágio Curricular o conjunto das atividades acadêmicas supervisionadas e desenvolvidas em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando cursos de

graduação em instituições de ensino superior, podendo ocorrer em duas modalidades:

a) Curricular obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.

b) Curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 4 O estágio curricular supervisionado deverá ser cumprido pelo aluno com carga horária total de 480 horas-aula ou 400 horas "relógio", para os Cursos de Graduação em Engenharia Civil.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 5 É definido como objetivo geral do estágio proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos e práticos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 6 Para o estágio são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

b) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

c) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;

d) Possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;

f) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

g) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;

h) Possibilitar vivências com o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7 Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e da Coordenação de Estágio.

Art. 8 Fica a cargo do estagiário a escolha da organização para realização estágio, desde que atenda os objetivos e as normas deste manual.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 9 Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária prevista em lei.

Art. 10 Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular obrigatória contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada no curso.

Art. 11 Os estágios poderão ser realizados em formato de Supervisão de Prática Profissional

Art. 12 Estão previstos para a realização dos estágios encontros periódicos sob orientação do professor orientador, objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação.

Art. 13 O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas a sua área de formação.

Art. 14 Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE.

Art. 15 Os estágios serão realizados conforme determinação da grade curricular do Curso de Engenharia Civil.

Art. 16 Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 17 O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 18 Do Coordenador do Curso:

a) Pronunciar-se sobre os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;

b) Realizar reuniões periódicas com o Coordenador de Estágio e os Docentes Orientadores de Estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

c) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;

d) Manter arquivados, em processos individualizados de cada estagiário, a documentação comprobatória da realização do estágio curricular após a verificação, aprovação e avaliação pelo Coordenador de Estágio;

e) Caberá ao Coordenador do Curso a seleção dos Professores Orientadores, devendo ser todos pertencentes ao quadro do Curso de Graduação em Engenharia Civil;

f) Contatar, aprovar e cadastrar em banco de dados às instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;

g) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio entre estagiário e a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao projeto pedagógico do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante, horário e o calendário escolar;

h) Participar, conjuntamente com os Docentes Orientadores, das reuniões de estágio, previamente definidas;

i) Realizar reuniões periódicas com os Docentes Orientadores de Estágio com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

j) Participar do processo de avaliação dos alunos e do campo de estágio;

Art. 19 Do Professor Orientador de Estágio:

a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Estágio;

b) Acompanhar os alunos, orientando-os integralmente, em seu campo de atuação;

c) Realizar a escala de tarefas dos alunos, regularmente;

d) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;

e) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;

f) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

g) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso e do Coordenador de Estágio;

h) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE;

i) Inserir as notas e frequência dos alunos no sistema online ou no Mapa emitido pela Secretaria local ao final do semestre;

j) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades de estágio;

k) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;

l) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo.

IX- DAS OBRIGAÇÕES

Art. 20 Da parte concedente:

a) Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular;

b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

c) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhamento da IES;

d) Facilitar o acesso do coordenador e/ou supervisor de estágio da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará - FAECE aos locais destinados ao estágio;

e) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;

f) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de comprovação;

g) Assegurar a jornada de atividades de estágio curricular que deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;

h) Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 21 Do estagiário

- a) Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- c) Informar ao Coordenador do Curso as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;
- d) Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;
- e) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;
- f) Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.
- g) Revelar ajustamento à situação de estágio, zelando pelo relacionamento harmonioso com os professores orientadores, colegas, clientes e com a equipe de trabalho da instituição conveniada;
- h) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência;
- i) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;
- j) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;
- k) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teórico/práticas que se apresentarem;
- l) Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;
- m) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;
- n) Comunicar imediatamente, por escrito ao professor supervisor qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;
- o) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 22 A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, a quem compete monitorar o desenvolvimento das ações técnicas; da elaboração e da apreciação dos planos de ação, além da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 23 A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos do curso, conforme seu Projeto Pedagógico.

Art. 24 O aluno será aprovado em Estágio Supervisionado uma vez cumprida a carga horária estabelecida na matriz curricular, além da entrega impressa do Relatório de Estágio obedecendo ao plano de atividades descritas no Projeto Pedagógico do Curso. Para ser aprovado, o aluno deverá obter no mínimo nota 7,0 (sete) e ter no mínimo 75% de frequência nas aulas de orientação de Estágio.

Art. 25 Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 26 A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina.

XI- DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 27 São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

- a) Encaminhamento de estagiário para empresa concedente;
- b) Autorização para elaboração de estágio;
- c) Termo de compromisso de estágio;
- d) Controle de frequência de estágio;

Art. 28 O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, dos professores orientadores de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 29 O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada na coordenação bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente.

a) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

c) O modelo de Relatório e declarações a serem seguidos pelo discente será disponibilizado pelo professor orientador e/ou Coordenação de Estágios.

2.1.17. Atividades Complementares

A IES incentiva a realização de tais atividades por meio de programa regular de oferta elaborado anualmente pela Coordenadoria de Curso, que deve basear-se no Regulamento das Atividades Complementares da Instituição anexo a este PPC.

2.1.18. Atividades Práticas Supervisionadas

As Atividades Práticas Supervisionadas – APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes, vinculadas a disciplinas nos dez (10) semestres letivos. Trata-se de estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros. As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento. **Vide Regulamento Anexo.**

2.1.19. Estudos Disciplinares

Os Estudos Disciplinares – ED são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da IES, funcionando como um eixo estruturante de formação

inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. São objetivos dos ED:

- Prover o aluno de graduação de competências e habilidades específicas para abordar, com visão inter e multidisciplinar, problemas típicos de sua área de atuação profissional, com grau crescente de complexidade à medida que ele progride em sua formação;
- Ampliar nos períodos iniciais do Curso, os conhecimentos dos alunos sobre os conteúdos curriculares de formação geral;
- Suprir eventuais deficiências da formação no Ensino Médio;
- Proporcionar aos estudantes oportunidades para estabelecer conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e o mundo real.

Nos EDs são utilizadas resoluções sistemáticas de exercícios, criteriosamente elaborados pelo Coordenador do Curso em conjunto com Líderes de Disciplinas, como indutor do desenvolvimento das competências e habilidades para lidar com situações-problemas típicas da sua área de formação. Vide Regulamento Anexo.

2.1.20. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

RENDIMENTO ESCOLAR

A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Assim, o aluno somente poderá ser aprovado e/ou prestar exames com o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

Cabe ao professor a atribuição de duas notas de avaliação (NP1 e NP2) para as atividades curriculares, com pesos iguais na composição da Média Semestral (MS) de cada disciplina. Assim: $MS = (NP1 + NP2) / 2$.

CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

Os critérios de promoção, envolvendo, simultaneamente, a frequência e o aproveitamento escolar, são os seguintes:

- Se a frequência do aluno for inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ele estará reprovado na disciplina. Em caso contrário, serão considerados os resultados das avaliações realizadas de acordo com o previsto no parágrafo anterior.
- Se a média semestral (MS) for igual ou maior que 7,0 (sete), o aluno estará aprovado na disciplina, naquele semestre, com média final igual à MS.
- Se a MS for menor que 7,0 (sete), o aluno será submetido a um exame, quando lhe será atribuída a nota EX.

- Após o exame, a média final (MF) da disciplina será a média aritmética simples entre MS e EX. Assim: $MF = (MS + EX) / 2$.
- Se a MF for igual ou maior que 5,0 (cinco), o aluno estará aprovado na disciplina.
- Se a MF for menor que 5,0 (cinco), o aluno estará reprovado na disciplina ou poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser submetido a uma avaliação especial.
- Mantida a reprovação, mesmo após a realização da avaliação especial, se concedida, o aluno ficará sujeito ao regime de dependência na disciplina.
- O aluno que deixar de comparecer a uma prova poderá, a critério do Coordenador de curso, substituí-la por nova prova ou pelo exame.
- Nas disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e nas disciplinas optativas ou eletivas serão considerados os mesmos critérios das disciplinas regulares para o cálculo da MF.
- O aluno reprovado em período letivo que não seja oferecido no semestre seguinte deverá matricular-se em período indicado pela Coordenação do curso.
- Cabe à Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos (CQA), quando for o caso, acompanhar, avaliar e validar as avaliações de aprendizagem, podendo realizar, em qualquer momento do curso, Avaliação Geral de Curso (AGC). Nesse caso, a nota dessa avaliação, que será designada por AG, passará a compor, juntamente com as notas do professor (NP1 e NP2), a média semestral (MS) de cada disciplina, da seguinte forma: $MS = (3 \times NP1 + 3 \times NP2 + 4 \times AG) / 10$.
- Quando a Avaliação Geral de Curso (AGC) for aplicada, sua nota (AG) será utilizada para compor a média semestral de todas e somente das disciplinas do período em que o aluno está matriculado, não sendo utilizada para calcular a média semestral de disciplinas cursadas em regime de Dependência, Adaptação ou Antecipação e de disciplinas optativas ou eletivas.
- Todos os alunos terão que realizar **Atividades Práticas Supervisionadas (APS)**, que constarão de atividades de biblioteca (frequência e utilização), atividades relacionadas aos laboratórios (relatórios de experiências e outras), trabalhos individuais ou em grupo determinados pelo professor, trabalhos de iniciação científica, resolução de exercícios do Portal ou de listas, programadas para serem supervisionadas pelos professores em suas aulas.
- Em cada semestre, o aluno deverá cumprir a quantidade de horas de APS, definida para o respectivo período letivo de seu curso. A comprovação da realização das APS, em cada semestre, será feita mediante a entrega do trabalho acompanhado da ficha de Supervisão da APS. Será atribuído um conceito semestral (Aprovado ou Reprovado) às APS, o qual deverá ser

lançado no sistema Acadêmico ou, em caso de DP e/ou AD, em mapa emitido pela Secretaria até a data-limite de entrega das notas, conforme Calendário Escolar.

- O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos); a MS será arredondada para 7,0 (sete), quando for maior ou igual a 6,7 (seis-vírgula-sete) e menor que 7,0 (sete); a MF será arredondada para 5,0 (cinco), quando for maior ou igual a 4,75 (quatro-vírgula-setenta e cinco) e menor que 5,0 (cinco).
- A recuperação poderá ter duração variável, dependendo da disciplina, e poderá, inclusive, estender-se por um semestre ou mais, a critério do Conselho Acadêmico.
- O exame e/ou a avaliação especial, exceção feita àqueles do antepenúltimo e último período (semestre) letivo, a critério do Conselho Acadêmico, poderão ser realizados em épocas especiais, após recuperação.
- O aluno, em casos especiais e depois de ouvida a Coordenação do curso, poderá ser autorizado a realizar o exame e/ou a avaliação especial em períodos distintos daquele determinado para os alunos de sua turma.
- A critério do Conselho Acadêmico, poderá ser incorporado às normas vigentes o conceito de aproveitamento médio global do semestre, que é determinado pela média aritmética das médias semestrais das disciplinas cursadas no semestre regular, excetuando-se adaptações, dependências ou tutorias.
- Se o aproveitamento médio global do período letivo for maior ou igual a 7,0, o aluno poderá, a critério do Conselho Acadêmico, ser dispensado de fazer o exame também nas disciplinas em que obteve média semestral maior ou igual a 5,0.
- O lançamento da nota de aproveitamento médio global obedecerá ao critério de arredondamento do valor obtido para o meio ou inteiro imediatamente superior.
- Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

REGIME DE DEPENDÊNCIA

O aluno aprovado em um período letivo poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência.

O número máximo de disciplinas em regime de dependência e de adaptação para a promoção ao semestre letivo subsequente fica assim definido:

- Para a promoção ao 2º período letivo: sem limite;
- Para a promoção ao 3º período letivo: 5 disciplinas;

- Para promoção aos períodos letivos situados entre o 3º e o antepenúltimo: 5 disciplinas;
- Para promoção ao antepenúltimo período letivo: 3 disciplinas; e
- Para o penúltimo e o último período letivo do curso não serão aceitas matrículas de alunos com dependência, recuperação ou adaptação em qualquer disciplina de períodos letivos anteriores.

O aluno reprovado em um período letivo poderá optar pelo regime de progressão tutelada, que foi instituído visando a oferecer orientação acadêmica diferenciada aos alunos que apresentarem desempenho acadêmico irregular no decorrer do seu processo de formação. Entende-se por desempenho acadêmico irregular, o acúmulo de disciplinas em regime de dependência e/ou adaptação, em número maior que o permitido conforme citado no parágrafo anterior.

O ingresso no regime de progressão tutelada de matrícula decorre do interesse manifesto do aluno.

Será facultado aos alunos que estariam se promovendo para o segundo ou para até o antepenúltimo período de qualquer curso de graduação, que tenham ultrapassado o limite de disciplinas em regime de dependência, conforme citado anteriormente, adotarem o regime de progressão tutelada de matrícula.

Os alunos que atenderem às condições previstas no parágrafo anterior poderão optar pelo regime de progressão tutelada durante o período de renovação da matrícula fixado no Calendário Escolar da Instituição.

O aluno que ultrapassar o limite de disciplinas em dependência e optar pelo regime de progressão tutelada de matrícula receberá orientação diferenciada sobre a reestruturação do seu percurso acadêmico, inclusive sobre a distribuição das disciplinas em dependência, ou ainda a cursar, atividades e estágios incompletos. A orientação definirá como e quando o aluno poderá cumpri-los.

Compete à Coordenação do Curso, a partir da análise do histórico escolar do aluno optante, orientá-lo quanto à melhor alternativa para conduzir a sua progressão acadêmica, considerando tudo o que é exigido pela matriz curricular para uma formação plena (disciplinas, trabalhos de curso, estágios, entre outros).

Caberá à Coordenação do Curso, juntamente com o aluno optante pelo regime de progressão tutelada, estabelecer um plano de estudos definindo como, quando e quais disciplinas deverão ser cursadas, assim como as condições e as medidas a serem adotadas para a conclusão das demais atividades curriculares ainda pendentes. Esse plano de estudos poderá ultrapassar, conforme o caso, o período mínimo de integralização curricular.

Na condição de ingressante no penúltimo período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o regime de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelo Conselho Acadêmico.

Na condição de ingressante no último período, uma vez aceita a opção pelo regime tutelado, o aluno será matriculado provisoriamente nesse período de seu curso. A matrícula e o plano de estudos definido pela Coordenação do Curso serão homologados, segundo normas fixadas pelos Colegiados Superiores.

Enquanto optante pelo regime de progressão tutelada, o aluno obriga-se a cumprir integralmente o plano acadêmico estabelecido pela Coordenação do Curso e referendado pelo Conselho Acadêmico.

O desligamento do aluno do regime de progressão tutelada poderá ocorrer quando o desempenho acadêmico do aluno for avaliado como insuficiente pela instância competente da Instituição e decidido/homologado pelo Conselho Acadêmico.

Revisão de Provas e Verificação das Notas

O Professor deve realizar a revisão e fazer a vista das provas junto com o aluno, no “Período de Revisão de Notas”, em horário de aula da disciplina, ocasião em que ele estará de plantão, sendo vedada a alteração do critério adotado para a correção inicial. Toda prova realizada, com exceção dos exames, deve ser mantida com o professor até o final do semestre letivo. Os exames finais devem ser entregues na Secretaria da Instituição e as fichas das APS na Coordenação local do curso e posteriormente entregues na Secretaria da Instituição para serem arquivadas no prontuário do aluno.

As demais provas poderão ser devolvidas aos alunos regularmente matriculados, após o término do semestre letivo, com exceção das avaliações realizadas On-line, no Laboratório de Informática.

O aluno pode requerer, no site da IES, clicando em Secretaria On-line, a revisão dos exames e das APS, definidos no Calendário Escolar. O aluno deve fundamentar a solicitação explicando (no requerimento) a questão que ele considera que foi corrigida de forma incorreta, com base na matéria lecionada. Do contrário, o pedido não será aceito.

Importante: O prazo máximo para a solicitação de revisão dos exames é de 1 (um) dia após o prazo de entrega de notas. A revisão dos exames será feita no período estipulado no Calendário Escolar (“Período de Revisão de Notas”) e apenas se o aluno estiver presente no período das aulas em que o professor ministra a disciplina, ocasião na qual ele estará de plantão. O aluno deverá levar consigo o protocolo do pedido da revisão de Exame.

2.1.21. Sistema de Avaliação do Projeto de Curso

2.1.21.1. Avaliação do Curso Superior de Engenharia Civil

A avaliação do Curso Superior de Engenharia Civil será feita regularmente, através do estudo do desempenho do Curso e dos aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, será realizada em dois níveis: o Interno e o Externo.

Os relatórios correspondentes às avaliações interna e externa serão encaminhados ao Conselho Acadêmico para apreciação e emissão de parecer e propostas de alternativas e ações para sanar as deficiências apresentadas.

2.1.21.2. Concepção do Processo de Auto-Avaliação do Curso

2.1.21.2.1. Avaliação de Curso

A Avaliação de Cursos considera, basicamente, três conjuntos de elementos:

- condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação IES/sociedade;
- resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em Pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

2.1.21.2.2. Avaliação de Disciplina

A organização do trabalho pedagógico será avaliada de modo a abranger os seguintes tópicos:

- objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infra-estrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas);
- desempenho do docente, em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese soluções alternativas;
- desempenho didático-pedagógico, em relação ao cumprimento de objetivos, à integração de conteúdos, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos

éticos, clima livre de tensão orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos;

- desempenho discente, expressado pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral;
- desempenho técnico-administrativo, expressado pela avaliação individual dos funcionários; e
- desempenho gerencial da IES.

2.1.21.2.3. Auto-Avaliação do Curso Superior de Engenharia Civil

Nesse nível, a avaliação considerará o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso Superior de Engenharia Civil, bem como as relações entre os três. O resultado desse diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face à especificidade do curso, após a sua sistematização, serão trabalhados pelo Curso em diferentes etapas, detalhadas a seguir:

- reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de auto-avaliação do curso para o ano letivo correspondente;
- participação dos protagonistas do processo de auto-avaliação do curso nos Painéis promovidos pela CPA para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA);
- reuniões específicas para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
- reuniões de trabalho para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional;
- aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio Curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do Curso;
- reuniões de trabalho para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da auto-avaliação promovida pelo próprio Curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso);

- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de auto-avaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada ano letivo, durante as reuniões de trabalho para a elaboração do planejamento do processo de auto-avaliação do curso. Neste, busca-se imprimir uma metodologia de trabalho que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de auto-avaliação global: (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades); (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativo, de gestão e de realização); (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no projeto pedagógico do curso).

O projeto de auto-avaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

2.1.21.2.4. Avaliação Externa

Nesse nível, a avaliação externa considerará o desempenho do Curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino).

A avaliação externa abrangerá, ainda:

- Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o Curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.
- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverá os egressos do Curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho dos mesmos.
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

2.1.22. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A IES, comprometida com a qualidade do ensino, diagnosticou alguns pontos a serem lapidados, a fim de que o desempenho de seus alunos tenha, ano a ano,

um efeito cada vez mais positivo, tais como: a criação do NDE, tendo como embrião o Grupo de Trabalho constituído para elaborar a autoavaliação, juntamente com a CPA, com a missão de conduzir a implementação das propostas formuladas e avaliar periodicamente a sua eficácia; a reestruturação do corpo docente; a conscientização, por meio de palestras, da importância dos resultados do ENADE para o corpo discente, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho.

2.2. Apoio aos Discentes

2.2.1. Formas de Acesso

Para ingressar na Instituição, o candidato passa por processo seletivo, previsto em edital, realizado por meio de um exame constituído por uma redação em Língua Portuguesa e questões do tipo múltipla escolha, abrangendo o programa estabelecido. Para a orientação desse processo, o candidato conta com o Manual do Candidato à sua disposição, que o informará sobre os procedimentos para a inscrição, datas e horários dos exames, assim como a publicação dos resultados e períodos de matrículas.

No início de cada ano letivo, os ingressantes recebem o Manual do Aluno, que tem por finalidade transmitir uma série de informações gerais à comunidade acadêmica, com o objetivo de proporcionar a todos o melhor aproveitamento da experiência universitária e o entrosamento entre o corpo docente, discente e administrativo da Instituição.

2.2.1.1. Disposições Gerais

O Processo Seletivo compõe duas formas de acesso:

- 1) Prova Tradicional, que consiste em datas prefixadas pela IES, com a inscrição feita previamente pelo candidato pela Internet, ou presencialmente na IES. O local de realização da prova é indicado no comprovante de inscrição e a duração da mesma consta no manual.
- 2) Prova Agendada, que consiste no agendamento do dia e horário de sua realização, feita sempre antes da realização da Prova Tradicional. Esta é realizada em computadores dos laboratórios da IES e com provas diferentes.

O candidato deverá optar por um dos dois tipos de provas.

Quanto ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), o candidato que o realizou pode ser dispensado de fazer as provas do Processo Seletivo. Nesse caso, este faz a inscrição no campus e entrega uma cópia autenticada do Boletim Individual de Notas do ENEM, até 48 horas antes da Prova Tradicional. As notas obtidas no ENEM, de questões objetivas, bem como de redação, serão analisadas e, se não atingirem uma pontuação favorável, o candidato necessariamente realizará a Prova Tradicional ou por Agendamento, conforme sua escolha e tempo hábil para tal.

2.2.1.2. Condições e Procedimentos

No momento da inscrição, o candidato fará a opção de curso e turno conforme instruções contidas no Manual do Aluno. Haverá também um questionário socioeconômico e taxa de inscrição, caso haja. A inscrição pode ser feita pessoalmente ou pela Internet. Quanto à composição das provas, esta possui as disciplinas devidamente elencadas no manual, bem como a bibliografia de literaturas a serem estudadas.

No que diz respeito à classificação, esta é feita de forma decrescente, referente à pontuação, respeitando a disponibilidade de vagas do curso. Já a desclassificação se dá por meio da baixa pontuação da redação e utilização de meios fraudulentos ou indisciplina durante a realização da prova.

Quanto ao resultado da prova, a lista oficial de classificação será publicada na secretaria da IES, por meio de edital de convocação, e pela Internet, após alguns dias da realização da Prova Tradicional da fase correspondente. O resultado obtido através da prova feita por Agendamento e pelo ENEM será publicado juntamente com o da Prova Tradicional.

2.2.1.3. Matrícula

A matrícula é realizada pela Internet e o modo de fazê-la consta no Manual do Candidato, passo a passo. Há também um prazo para a sua realização, indicação do curso e a data de início das aulas.

2.2.2. Apoio Pedagógico aos Discentes

O apoio didático-pedagógico aos discentes do curso de Engenharia Civil será realizado de diferentes maneiras:

- visitas às salas de aulas, com o objetivo de saber como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos, etc.;
- reuniões sistemáticas mensais com representantes de turmas e/ou centro acadêmico;
- divulgação contínua aos discentes dos horários de Coordenação do Curso, Secretaria, Biblioteca, Laboratórios, etc.;
- entrega do calendário Escolar, no início de cada semestre, com todas as informações acadêmicas da Instituição, como: calendário de provas, processo de faltas, dias letivos, recessos e demais serviços da Unidade.

Ademais, a Instituição conta com um corpo de profissionais disponíveis para o atendimento ao estudante, fora do expediente de aula, buscando dirimir dúvidas em relação às disciplinas e conteúdos ministrados, em salas específicas para o atendimento individual ou em grupo. Conta também com um Coordenador, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-pedagógicas.

A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades extracurriculares constantes e diversificadas, como semanas de estudo, seminários, congressos, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade científica e complementar a formação de sua comunidade acadêmica, além de incentivar a interdisciplinaridade.

2.2.3. Acompanhamento Psicopedagógico

Está em fase de implantação na Instituição um **Núcleo de Acompanhamento Pedagógico** que atuará no ensino, desenvolvendo programas com alunos, professores e coordenadores, visando à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, à formação global e à realização profissional e pessoal do aluno, de forma a facilitar a integração à vida universitária e social. Procurar-se-á fazer um *feedback* entre as necessidades do aluno e as possibilidades da IES, proporcionando por meio do planejamento a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição. Com relação à extensão, procurar-se-á integração da comunidade interna e externa, oferecendo programas especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico.

A orientação acadêmica (psicopedagógica) realizar-se-á através das seguintes ações:

- atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem de expressão escrita, de falta de concentração, etc.;
- esclarecimentos de dúvidas, promovendo a satisfação e a diminuição das dificuldades encontradas por parte dos acadêmicos;
- trabalho na prevenção da evasão escolar, da inadimplência, da repetência;
- realização de pesquisas de satisfação para subsidiar o redimensionamento das atividades, periodicamente ou quando necessário;
- orientação para a reopção de curso quando necessária.

2.2.4. Mecanismos de Nivelamento

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo do curso.

Também são oferecidas aos estudantes ingressantes disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuem caráter obrigatório nem contam crédito, apenas tem o

intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

2.2.5. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

2.2.6. Acompanhamento dos Egressos

Da mesma forma, a IES envidará esforços administrativos no sentido de institucionalizar o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro de ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação. Ao mesmo tempo, os egressos poderão, por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribuirá para a expansão de seu ensino.

DIMENSÃO 3 – CORPO DOCENTE

3.1. Administração Acadêmica

3.1.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Civil é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, atendendo aos requisitos estabelecidos na Portaria MEC nº 147/2007.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- Participar plenamente da elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso;
- Propor alterações do projeto pedagógico do curso, quando for pertinente;
- Estimular o corpo docente a apresentar propostas curriculares inovadoras para o curso;
- Motivar a participação efetiva nas mudanças curriculares e pedagógicas;
- Estabelecer mecanismos de representatividade do corpo docente nas propostas de alterações do projeto pedagógico;
- Buscar a implementação do projeto pedagógico do curso, preservando as características e peculiaridades regionais da comunidade local.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de estágio e monografia; acompanhamento de atividades complementares; orientação de

pesquisa e desenvolvimento de atividades de extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico.

3.1.2. Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso de Engenharia Civil é constituído por 5 docentes, integrado pelo Coordenador de Curso e por mais 4 (quatro) professores, correspondendo a 41,67% do corpo docente previsto para os dois primeiros anos do curso, seus componentes se caracterizam pelo(a): a) concessão de uma dedicação preferencial ao curso; b) porte de título de pós-graduação *stricto sensu*; c) contratação em regime de trabalho diferenciado do modelo horista; e d) estabilidade ou perenidade, que lhes permitirá construir uma história institucional.

A seguir, apresenta-se a relação nominal dos professores, seguida da titulação e do regime de trabalho.

3.1.3. Relação Nominal, Titulação e Formação Acadêmica do NDE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL		
PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Clésio Jean de Almeida Saraiva	Mestre	Mestrado em Economia
Carlos André Moura Arruda	Mestre	Mestrado em Saúde Pública
Edenilo Baltazar Barreira Filho	Doutor	Doutorado em Saúde Coletiva
Francisco Walber Ferreira da Silva	Doutor	Doutorado em Biotecnologia
Thiago Soares Ribeiro	Doutor	Doutorado em Engenharia e Ciências de Materiais

3.1.4. Regime de Trabalho do NDE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO
Clésio Jean de Almeida Saraiva	Integral
Carlos André Moura Arruda	Parcial
Edenilo Baltazar Barreira Filho	Parcial
Francisco Walber Ferreira da Silva	Parcial
Thiago Soares Ribeiro	Parcial

3.1.5. Atuação do Coordenador do Curso

A coordenação do curso responsabiliza-se e zela pela qualidade do ensino ofertado pela IES, tendo como atribuições, sob a supervisão do Coordenador Pedagógico:

- Definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a

ser formado e com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;

- Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares e extracurriculares;
- Executar periodicamente a autoavaliação do curso e a avaliação institucional;
- Opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- Apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- Decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto neste Regimento e em normas do Conselho Acadêmico;
- Definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- Estimular o programa de monitoria;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- Estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Escolar;
- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- Fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos;
- Emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
- Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso; e

- Exercer outras atribuições conferidas no Regimento Interno e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

Além disso, o Coordenador também atua no Núcleo Docente Estruturante como presidente nato tendo as seguintes competências:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do Núcleo;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Indicar coordenadores para cada área do saber;
- Coordenar a integração com os demais Cursos e setores da Instituição.

3.1.6. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará, em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Auditoria Fiscal Trabalhista pela Universidade de Brasília. Pós-graduado pela Universidade Federal do Ceará - Especialista em Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Mestre em Economia pelo CAEN. Atualmente é Administrador do Quadro Permanente do Ministério da Integração, integrou o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, onde exerceu o Cargo em Comissão de Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Ceará, foi chefe da Divisão de Engenharia e Fiscalização da Gerência Regional do Patrimônio da União, atual Coordenadoria de Engenharia e Fiscalização da SPU. É Professor da Faculdade de Ensino Tecnológico do Nordeste - FATENE, tendo lecionado nas disciplinas Teoria Geral da Administração, Planejamento e Controle da Produção, Planejamento Estratégico, Métodos e Sistemas Administrativos, Administração Financeira, Formação Gerencial, Planejamento Financeiro e Tributário, Planejamento Financeiro e Orçamentário, Organização Industrial e Gestão de Sistemas Integrados. Professor dos cursos de Pós-graduação na faculdade ATENEU, nos cursos de gestão de meio ambiente e gestão de finanças, nas disciplinas Planejamento Financeiro e Tributário e de Marketing Ambiental. Professor convidado do curso de pós-graduação em Direito Imobiliário da UNIFOR. Membro da Academia Cearense de Administração.

3.1.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Integral sem dedicação exclusiva.

3.1.8. Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do Curso de Engenharia Civil é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à

natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região e à concepção do curso.

O quadro adiante traz o corpo docente responsável pelas disciplinas dos dois primeiros anos do curso, com a maior titulação:

DISCIPLINAS	DOCENTES	CPF	GRADUAÇÃO/ IES e ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO/ÁREA DE CONCENTRAÇÃO/ IES E ANO DE CONCLUSÃO
1º SEMESTRE				
Estudos Disciplinares	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2002
Atividades Práticas Supervisionadas	Israel Freitas Bezerra	013.224.153-66	Licenciatura em Física/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - 2009	Mestrado em Ciências Físicas Aplicadas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Homem e Sociedade	Marcos Antônio Ferreira Martins	081.497.633-68	Direito/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 1995	Mestrado em Direito/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - 2002
Interpretação e Produção de Textos	Carlos André Moura Arruda	802.314.033-72	Pedagogia/Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA - 2003	Mestrado em Saúde Pública/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2009
Tópicos de Matemática	Lúcio Soares e Silva Junior	114.704.023-00	Geologia/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 1982	Mestrado em Educação/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2013
Noções de Direito	Edenilo Baltazar Barreira Filho	510.677.573-68	Direito/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 2009	Doutorado em Saúde Coletiva/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2014
Tópicos de Informática	Wilson Gomes de Oliveira Junior	457.713.403-91	Ciências Contábeis/Faculdade Integrada do Ceará - FIC - 2006	Especialização em Governança de Tecnologia da Informação/Centro Universitário Estácio do Ceará - Estácio - 2012
Tópicos de Física Geral e Experimental	Israel Freitas Bezerra	013.224.153-66	Licenciatura em Física/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - 2009	Mestrado em Ciências Físicas Aplicadas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
2º SEMESTRE				
Atividades Práticas Supervisionadas	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2002
Estudos Disciplinares	Edenilo Baltazar Barreira Filho	510.677.573-68	Direito/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 2009	Doutorado em Saúde Coletiva/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2014
Ciências Sociais	Marcos Antônio Ferreira Martins	081.497.633-68	Direito/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 1995	Mestrado em Direito/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - 2002
Comunicação e Expressão	Carlos André Moura Arruda	802.314.033-72	Pedagogia/Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA - 2003	Mestrado em Saúde Pública/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2009
Química Básica	Francisco Silvio Maia	464.283.213-00	Engenharia Química/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2001	Especialização em Perícia Criminal/Faculdade Integrada do Ceará - FIC - 2010
Cálculo com Geometria Analítica	Pedro Sanderson Bastos Barros	041.173.563-21	Engenharia Civil/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2013	Mestrado em Engenharia Civil/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2016
Ética e Legislação Profissional	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC -

				2002
Mecânica da Partícula	Francisco Walber Ferreira da Silva	634.487.773-15	Física/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2003	Doutorado em Biotecnologia/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Desenho Técnico	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2002
3º SEMESTRE				
Estudos Disciplinares	Ney Barros da Costa Filho	526.342.053-68	Engenharia de Pesca/Universidade Federal do Ceará - UFC - 1996	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2003
Atividades Práticas Supervisionadas	Francisco Walber Ferreira da Silva	634.487.773-15	Física/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2003	Doutorado em Biotecnologia/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Estatística Descritiva	Lúcio Soares e Silva Junior	114.704.023-00	Geologia/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 1982	Mestrado em Educação/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2013
Desenvolvimento Sustentável	Ney Barros da Costa Filho	526.342.053-68	Engenharia de Pesca/Universidade Federal do Ceará - UFC - 1996	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2003
Cálculo de Funções de Várias Variáveis	Israel Freitas Bezerra	013.224.153-66	Licenciatura em Física/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - 2009	Mestrado em Ciências Físicas Aplicadas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Fundamento de Termodinâmica	Thiago Soares Ribeiro	671.540.263-91	Física/Universidade Estadual do Ceará – UECE - 2008	Doutorado em Engenharia e Ciência de Materiais/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2016
Cinemática dos Sólidos	Francisco Walber Ferreira da Silva	634.487.773-15	Física/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2003	Doutorado em Biotecnologia/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Estática dos Flúidos	Pedro Sanderson Bastos Barros	041.173.563-21	Engenharia Civil/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2013	Mestrado em Engenharia Civil/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2016
Eletricidade Básica	Einstein Maia do Amaral	434.347.463-15	Física/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2002	Mestrado em Ciências Fisiológicas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2008
4º SEMESTRE				
Estudos Disciplinares	Einstein Maia do Amaral	434.347.463-15	Física/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2002	Mestrado em Ciências Fisiológicas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2008
Atividades Práticas Supervisionadas	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2002
Língua Brasileira de Sinais (Optativa)	Carlos André Moura Arruda	802.314.033-72	Pedagogia/Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA - 2003	Mestrado em Saúde Pública/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2009
Engenharia e Meio Ambiente	Clésio Jean de Almeida Saraiva	057.411.063-15	Engenharia Civil/Universidade de Fortaleza-UNIFOR - 1989	Mestrado Profissional em Economia/Universidade Federal do Ceará – UFC - 2002
Programação de Computadores	Wilson Gomes de Oliveira Junior	457.713.403-91	Ciências Contábeis/Faculdade Integrada do Ceará - FIC - 2006	Especialização em Governança de Tecnologia da Informação/Centro Universitário Estácio do Ceará - Estácio - 2012
Relações	Carlos André Moura	802.314.033-72	Pedagogia/Universidade	Mestrado em Saúde

Étnico-Raciais e Afrodescendência (Optativa)	Arruda		Estadual Vale do Acaraú - UVA - 2003	Pública/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2009
Educação Ambiental (Optativa)	Ney Barros da Costa Filho	526.342.053-68	Engenharia de Pesca/Universidade Federal do Ceará - UFC - 1996	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2003
Direitos Humanos (Optativa)	Edenilo Baltazar Barreira Filho	510.677.573-68	Direito/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 2009	Doutorado em Saúde Coletiva/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2014
Fenômenos de Transporte	Francisco Walber Ferreira da Silva	634.487.773-15	Física/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2003	Doutorado em Biotecnologia/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Complementos de Física	Israel Freitas Bezerra	013.224.153-66	Licenciatura em Física/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - 2009	Mestrado em Ciências Físicas Aplicadas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012
Estatística Indutiva	Lúcio Soares e Silva Junior	114.704.023-00	Geologia/Universidade de Fortaleza - UNIFOR - 1982	Mestrado em Educação/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2013
Equações Diferenciais	Einstein Maia do Amaral	434.347.463-15	Física/Universidade Federal do Ceará - UFC - 2002	Mestrado em Ciências Fisiológicas/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2008
Dinâmica de Sólidos	Francisco Walber Ferreira da Silva	634.487.773-15	Física/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2003	Doutorado em Biotecnologia/Universidade Estadual do Ceará - UECE - 2012

O quadro a seguir apresenta o resumo da titulação dos docentes para os dois primeiros anos.

Tabela Resumo – Titulação em %

Titulação	Qtde.	% do Total	Na Área Específica do Curso		Em Outras Áreas	
			Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total
Doutorado	03	23,08	01	50	02	18,18
Mestrado	08	61,54	01	50	07	63,64
Especialização	02	15,38	-	-	02	18,18
Total	13	100	02	100	11	100

3.1.9. Regime de trabalho

O quadro a seguir apresenta o regime de trabalho dos docentes para os dois primeiros anos do curso.

Tabela – Regime de Trabalho

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
Carlos André Moura Arruda		X	
Clésio Jean de Almeida Saraiva	X		
Edenilo Baltazar Barreira Filho		X	
Einstein Maia do Amaral		X	
Francisco Silvio Maia			X
Francisco Walber Ferreira da Silva		X	

Israel Freitas Bezerra		X	
Lúcio Soares e Silva Júnior		X	
Marcos Antônio Ferreira Martins		X	
Ney Barros da Costa Filho		X	
Pedro Sanderson Bastos Barros		X	
Thiago Soares Ribeiro		X	
Wilson Gomes de Oliveira Junior			X

Tabela – Regime de Trabalho em %

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES	QUANTIDADE	
	(Nº)	(%)
Tempo Integral	1	7,69
Tempo Parcial	10	76,92
Horista	2	15,38
TOTAL	13	100

3.1.10. Experiência Profissional do Corpo Docente

DOCENTES	TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Carlos André Moura Arruda	12
Clésio Jean de Almeida Saraiva	35
Edenilo Baltazar Barreira Filho	18
Einstein Maia do Amaral	17
Francisco Silvio Maia	11
Francisco Walber Ferreira da Silva	8
Israel Freitas Bezerra	6
Lúcio Soares e Silva Júnior	30
Marcos Antônio Ferreira Martins	20
Ney Barros da Costa Filho	15
Pedro Sanderson Bastos Barros	3
Thiago Soares Ribeiro	10
Wilson Gomes de Oliveira Junior	17

3.1.11. Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

DOCENTES	TEMPO DE MAGISTÉRIO SUPERIOR
Carlos André Moura Arruda	4
Clésio Jean de Almeida Saraiva	14
Edenilo Baltazar Barreira Filho	13
Einstein Maia do Amaral	17
Francisco Silvio Maia	20
Francisco Walber Ferreira da Silva	8
Israel Freitas Bezerra	3
Lúcio Soares e Silva Júnior	7
Marcos Antônio Ferreira Martins	16
Ney Barros da Costa Filho	15

Pedro Sanderson Bastos Barros	1
Thiago Soares Ribeiro	5
Wilson Gomes de Oliveira Junior	5

3.1.12. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Carlos André Moura Arruda – 79
 Clésio Jean de Almeida Saraiva - 00
 Edenilo Baltazar Barreira Filho – 30
 Einstein Maia do Amaral – 8
 Francisco Silvio Maia - 04
 Francisco Walber Ferreira da Silva – 7
 Israel Freitas Bezerra – 00
 Lucio Soares e Silva Junior – 00
 Marcos Antonio Ferreira Martins – 01
 Ney Barros da Costa Filho – 00
 Pedro Sanderson Bastos Barros - 03
 Thiago Soares Ribeiro - 03
 Wilson Gomes de Oliveira Junior – 00

3.1.13. Síntese Curricular do Corpo Docente

Vide Síntese em Anexo.

3.1.14. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, previsto no Regimento da IES, é um órgão de natureza consultiva, representativo da comunidade acadêmica, anualmente constituído, e que tem a seu cargo a coordenação didática dos respectivos cursos.

O Colegiado de Curso é constituído, para cada curso, por cinco docentes que ministram disciplinas distintas do currículo pleno, pelo coordenador do curso em questão e por um representante do corpo discente.

Os docentes membros do Colegiado de Curso são indicados anualmente pelo Diretor sendo 3 (três) deles por indicação deste e 2 (dois) por indicação de seus pares e o representante do corpo discente deve ser um aluno regularmente matriculado no curso, indicado anualmente por seus pares.

Atribuições e Competências

São atribuições do Colegiado de Curso:

- fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público;
- promover a avaliação do curso;

- decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
- exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso e reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de dois terços dos membros que o constitui, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

DIMENSÃO 4 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

4.1. Infraestrutura

4.1.1. Espaço Físico

As instalações físicas são inteiramente adequadas às funções a que se destinam e estão descritas a seguir:

DEPENDÊNCIAS/SERVENTIAS	QUANTIDADE	M2
Sala de Direção	01	17
Salas de Coordenação	05	7,5
Sala de Professores	01	75
Sala de Recursos Materiais	01	10
Gerência de Unidade	01	11
Copiadora	01	09
Departamento Pessoal	01	15,5
Salas de Aula	17	75
	12	55
	10	40
Sanitários	06	30
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	1500
Atendimento Acadêmico	01	110
Auditórios / Sala de áudio	01	140
Sala de Apoio Pedagógico	01	15,96
Sala de Apoio Administrativo	01	12
Laboratórios de Informática	02	55
Laboratório de Cinesioterapia e de Fisioterapia Cardiológica	01	36
Laboratório de Eletroterapia, Fototerapia e Termoterapia	01	36
Laboratório de Anatomia	01	75
Laboratório de Enfermagem	01	75
Laboratório Multidisciplinar	02	60
Laboratório de Técnicas Farmacêuticas	01	55
Laboratório de Análises Clínicas e Microscopia	01	55

Biblioteca	01	360
Sala de Leitura	04	4
Hall de Recepção	01	12
Empresa Júnior	01	17
Quadra Poliesportiva	03	360
Coordenação Geral	01	13,25
Copa	01	14,7
NPJ	01	130
Almoxarifado	01	65

4.1.1.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI

Sala com 8,5 m², com mesa de trabalho, armário, computador com acesso a internet e telefone.

4.1.1.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

A Coordenação do Curso de Engenharia Civil ocupará uma sala, bem dimensionada e dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo às condições de salubridade. Estarão disponíveis também microcomputadores com acesso à Internet.

O Núcleo Docente Estruturante ocupará espaço apropriado, dispondo de sala para abrigar os docentes em tempo integral.

4.1.1.3. Sala de Professores

Sala climatizada com 74.80m². Conta com 6 mesas para trabalhos, 6 computadores com acesso a internet (velocidade de 15 MB) e impressora laser.

4.1.1.3. Salas de Aula

Todas as salas de aula são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

4.1.2. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

4.1.2.1. Políticas de Acesso

São 02 laboratórios de informática com 56,65m² e trinta (30) computadores em cada um, todos com acesso a Internet de 15 Megas e Intranet, sendo:

Laboratório 1:

Computadores Accept: Celeron Dual Core; Memória 4G MRam; HD 500 Gb; Monitor 18,5 LED'.

Laboratório 2:

Computadores Accept: Celeron Dual Core; Memória 4G MRam; HD 500 Gb; Monitor 18,5 LED’.

4.1.2.2. Relação Equipamento/Aluno/Curso

O número de equipamentos existentes no Laboratório de Informática da IES é suficiente para o atendimento do curso de Engenharia Civil e dos cursos em funcionamento em 2015.

A IES, em função da demanda apresentada neste ano, elaborará projeto de expansão dos equipamentos, visando sempre a melhoria no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, com a proporcionalidade de 25 alunos por terminal.

4.1.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, de acordo com o quadro seguinte:

Recursos Audiovisuais	
Item	Quantidade
Câmeras	2
Data Show	16
DVDS	5
Retroprojetores	5
Televisores	5
Micro System	2

4.1.4. Infraestrutura de acesso para Portadores de Necessidades Especiais ou com Mobilidade Reduzida

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências de IES, a Mantenedora da IES determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Atenta à sua responsabilidade social, a IES adota políticas para os portadores de necessidades especiais, descritas no PDI, conforme legislação em vigor.

4.1.5. Biblioteca

A Biblioteca conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado, tanto para o uso do corpo docente, quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

4.1.4.1. Acervo

4.1.4.1.1. Bibliografia Básica

Para a fase de autorização do curso, o acervo da bibliografia básica contém pelo menos três títulos por unidade curricular sendo que, a somatória dos exemplares de cada bibliografia atinge no mínimo a proporção de 01 exemplar para cada 10 alunos, configurando dessa forma conformidade para atingir o conceito 4.

4.1.4.1.2. Bibliografia Complementar

As bibliografias complementares possuem no mínimo 03 títulos com 02 exemplares cada, configurando conformidade para atingir o conceito 3.

4.1.4.1.3. Periódicos Especializados

Assim como as Bibliografias, a manutenção dos títulos e coleções de periódicos respeita a Legislação vigente para cada curso e/ou categoria de curso.

Atualmente, o acervo possui assinaturas que atendem à área do curso. É importante ressaltar que foram adquiridas as coleções de todos os títulos, mas a entrega de volumes retroativos é demorada, assim como a do ano corrente é contínua. Dessa forma, o acervo de periódicos expande-se diariamente.

4.1.4.2. Formas de expansão e atualização do Acervo

MATERIAIS	DIRETRIZES
LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIA	Obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo MEC para as proporções de exemplares por número de alunos das obras indicadas nas bibliografias.
	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.
OBRAS SERIADAS (PERIÓDICOS, JORNAIS E REVISTAS)	Adequar o acervo junto aos coordenadores de acordo com a legislação vigente.
	Priorizar obras que possuem acesso pela Internet sempre que possível.
MULTIMÍDIA (VHSs/DVDs, Disquetes/CD ROMs e E-books/Páginas Eletrônicas)	Adquirir a solicitação dos professores e alunos intermediada pelos coordenadores.

4.1.4.3. Serviços

A biblioteca oferece os seguintes serviços:

- Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico;
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação de usuários;

- Pesquisa bibliográfica; e
- Reserva da bibliografia usada nos cursos.

4.1.5. Laboratórios Especializados

4.1.5.1. Quantidade

A fim de concretizar seus objetivos institucionais e formar o egresso com o perfil descrito, a IES conta com a infraestrutura que, de fato, possibilita o desenvolvimento das atividades propostas no Projeto do Curso. Diante disso, para a prática profissional dos egressos destacam-se:

Os dois primeiros anos do curso utilizam laboratórios Multidisciplinares e Laboratórios de Informática.

- Laboratório de Informática que oferece, além das máquinas e dos softwares necessários, o apoio técnico especializado para os alunos, tanto em horários de aula como em horários “livres”. Todas as máquinas estão interligadas em rede, com acesso à “Internet”.
- Recursos didáticos audiovisuais, tais como: computadores, projetores multimídia, retroprojetores, TVs, DVD Players, sistemas de som etc.
- Laboratórios Multidisciplinares: utilizados nas disciplinas de Física e Química.

4.1.5.2. Qualidade

Os laboratórios básicos dos dois primeiros anos atendem as exigências do padrão de qualidade do MEC.

Os laboratórios possuem ambientes ergonômicos, amplos e seguros para docentes, discentes e funcionários. São adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas preconizadas pelos docentes. Possuem estrutura compatível, sempre de acordo com a especificidade das aulas práticas previstas tanto na formação geral quanto na específica no estudante.

Os ambientes/laboratórios de formação geral e básica, e a relação professor estudante possibilitam, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o planejamento e o controle pleno das atividades de ensino desenvolvidas nesses locais pelas diferentes disciplinas da matriz. Ressaltamos que, além de toda a infraestrutura disponível para o estudante, os professores e técnicos sempre estarão presentes durante as atividades para que o estudante possa ter um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem. Todos os laboratórios estão adequados à proposta do curso, atendendo a todas as aulas práticas, preconizadas no plano de ensino proposto pelos docentes com qualidade.

Os serviços de manutenção dos equipamentos do Laboratório e material de apoio serão realizados por técnicos responsáveis da própria Instituição e também por técnicos contratados por meio de convênio com empresas da região.

A manutenção externa será realizada, regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação por escrito feita pelos monitores do laboratório e sempre que se fizer necessário, pela equipe interna.

A conservação e atualização dos equipamentos serão feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

4.1.5.3. Serviços

Os laboratórios dos dois primeiros anos são de disciplinas básicas e não específicas. Eles não são para prestação de serviços. Eles são utilizados apenas para Atividades Práticas nas disciplinas da matriz e para o atendimento a possíveis necessidades dos alunos em Atividades Práticas Supervisionadas e Atividades Complementares.

A seguir relacionamos as disciplinas que utilizam os laboratórios Multidisciplinares com seus respectivos experimentos.

1) Tópicos de Física Geral e Experimental

Mesa de forças, baricentro, equilíbrio estático de barra, atrito e picnômetro.

2) Mecânica da Partícula

Paquímetro, micrômetro, trilho de ar para experimentos de Lei de Newton e Cinemática, lançamento de projéteis, Teorema da Energia Mecânica e queda livre.

3) Eletricidade Básica

Bipolo Gerador, Leis de Kirchhoff, Osciloscópio, Amperímetro, Voltímetro, Calor específico e Dilatação Térmica

4) Complementos de Física

Pêndulo simples, Pêndulo de Mola, Cordas Vibrantes, Bobina Chata e Circuitos RL, RC e RLC.

O laboratório de informática utilizado pelo curso possui instalações, mobiliário e equipamentos adequados aos trabalhos que são desenvolvidos. Tem como objetivo dar suporte às pesquisas, trabalhos, e projetos desenvolvidos pelos alunos, atendendo:

- às aulas práticas do curso;
- ao aluno interessado na prática dos conceitos apresentados em sala de aula, no horário que desejar;
- aos componentes curriculares específicos;
- ao desenvolvimento de estratégias de nivelamento em informática pela IES; e
- às atividades complementares vinculadas ao ensino, à pesquisa, e à extensão.

Os computadores possuem configuração adequada a aplicações voltadas para a área e tecnologias atualizadas. São disponibilizados programas adequados ao Curso e todos os equipamentos estão interligados em rede e com acesso à Internet.